

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 — Série VII — N.º 732
7 de Janeiro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

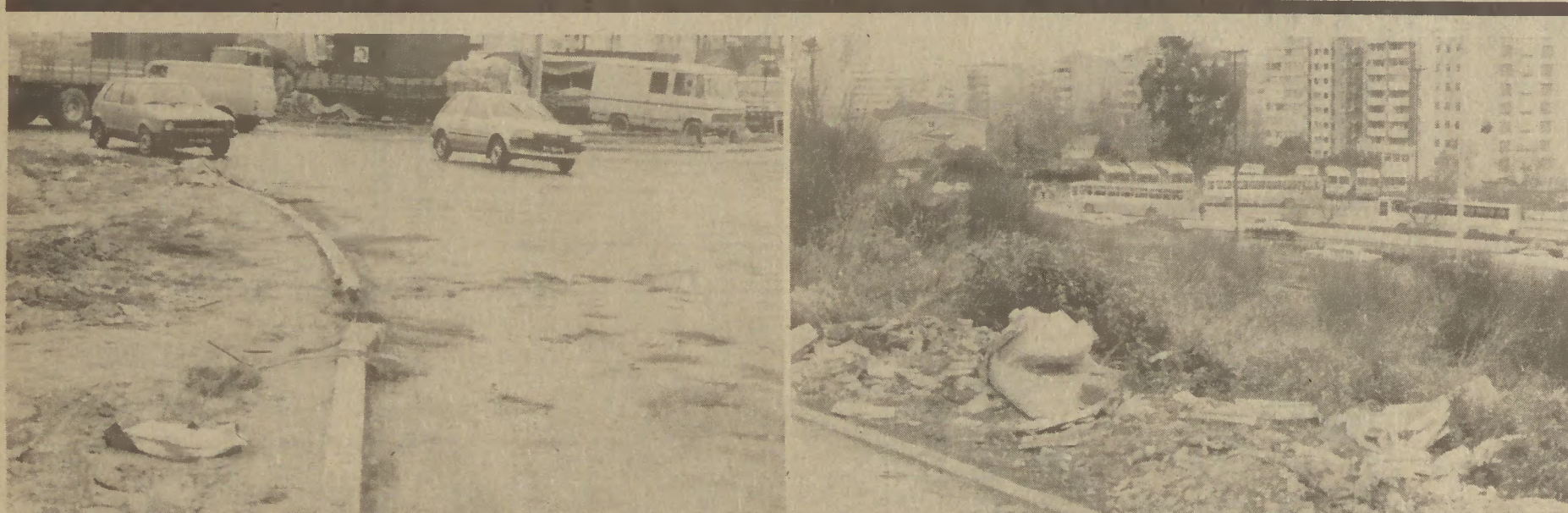


LUTAS E VITÓRIAS DOS TRABALHADORES

Na passagem do ano velho para o novo, continua a luta pela resolução de problemas que têm causas com cabelos brancos: na INDEP, na Fábrica de Loças de Sacavém, na função pública, nos hospitais e centros de saúde, nos casinos, na Madeira.

Ao mesmo tempo que se registam algumas vitórias parciais, aumentam os protestos contra o pacote laboral do Governo; para dia 27 está convocada uma manifestação em Lisboa.

Semana, págs. 1 e 2



OS BURACOS DA LISBOA DE ABECASIS

O buraco tomou conta da cidade. Lisboa já parece um queijo suíço: há taxistas que perdem clientes porque não os vêem, entretidos que vão a fugir aos buracos, que, entretanto, medram à chuva como se fossem cogumelos de cabeça para baixo.

O estado caótico a que chegou a rede viária da capital é, em si mesmo, o espelho da gestão que Abecasis, com o apoio dos partidos da direita e a conivência do PS, tem imposto ao longo dos anos.

Em Foco, págs. 4 e 5

Encontro de A. Cunhal com M. Gorbatchov



Amizade viva PCP-PCUS

Como já foi noticiado, no dia 30 de Dezembro realizou-se em Moscovo um encontro entre o camarada M. Gorbatchov e o camarada Álvaro Cunhal que aí se encontrava passando umas curtas férias. À sua chegada a Lisboa, o secretário-geral do PCP prestou ao «Avante!» breves declarações, comentando o encontro realizado.

Começo por dizer que foi um encontro importante, embora pareça desnecessário afirmá-lo, uma vez que são sempre importantes os encontros realizados com o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, camarada Gorbatchov.

Procedeu-se a uma larga troca de opiniões sobre a situação internacional e o movimento comunista — disse Álvaro Cunhal. — Damos a conhecer a luta em que o PCP e o povo português estão empenhados na defesa do regime democrático consagrado na Constituição, e de que fazem parte integrante as conquistas da Revolução de Abril, e tomámos conhecimento mais aprofundado da reestruturação, a «perestroika», actualmente em curso na União Soviética.

Posso dizer, para sintetizar as impressões colhidas, que a «perestroika» está a avançar, e com o avanço da «perestroika» está a avançar o socialismo.

É naturalmente de sublinhar a profunda confiança dos dois partidos na causa da libertação dos trabalhadores e dos povos, no futuro do socialismo e do comunismo e na defesa da paz mundial cujo objectivo central na actualidade é a redução e liquidação das armas nucleares.

É sabido — afirmou ainda o secretário-geral do Partido Comunista Português — que da parte do PCP damos extraordinária importância ao tratado URSS/EUA firmado pelo camarada Gorbatchov e pelo Presidente Reagan para a liquidação dos mísseis de curto e médio alcance. A luta pela paz é uma causa comum a toda a humanidade e no seu desenvolvimento não se devem estabelecer fronteiras sociais e políticas.

Para concluir, desejo sublinhar que o encontro realizado confirmou as tradicionais relações de amizade fraterna, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCUS.

Indiferente a críticas e sugestões



PSD aprova Orçamento orgulhosamente só

Semana, pág. 3



Palestina sob violência israelita

Semana, pág. 8

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 732

7 de Janeiro de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Um mito que se desfaz

«Menos Estado, melhor Estado» — este um dos «slogans» programáticos de Cavaco Silva e do PSD para as eleições de 19 de Julho de 87.

Obviamente, este «slogan» apontava ao «escavar» das nacionalizações no quadro mais vasto de uma ofensiva contra-revolucionária visando a destruição de Portugal de Abril, a liquidação do regime democrático, o acelerar do passo para a restauração dos monopólios e do seu poder político. Também à implícita concepção tecnicista (tecnocrática) do Estado.

Passada a batalha do voto, obtido um substancial resultado eleitoral, retocado o Governo, liberto agora das peias da demagogia eleitoralista, a verdadeira índole de classe do cavaquismo evidenciou-se desde logo em pleno. Aumentos dos preços de alguns produtos essenciais logo nos primeiros actos do novo Executivo; anúncio de projectos legislativos inconstitucionais e de revisão subversiva da Constituição; medidas políticas afectando gravemente serviços essenciais da população, designadamente nos sectores da saúde, do ensino, da habitação, da segurança social.

Já no despedir do ano foi imposta à Assembleia da República uma política financeira antipopular com o voto da maioria domesticada do PSD na aprovação do Orçamento do Estado contra o voto unânime, embora de fundamentação diversa, de todos os partidos.

E como «broas do Natal» novos aumentos de preços de bens e serviços de primeira necessidade, renovadas tentativas de impor tectos salariais injustos, novas restrições do crédito, novas alienações da independência nacional no quadro da CEE.

Logo nos primeiros dias do novo ano o «soma e segue» com a apresentação na mesa da AR para debate ainda no mês de Janeiro do primeiro pacote legislativo contra o sector público e nacionalizado (projectos de leis de privatização de empresas públicas, de alienação das participações do Estado em empresas mistas, de entrega ao sector privado de órgãos de comunicação social estatizados). Isto no seguimento da distribuição para exame prévio aos «parceiros sociais» do pacote laboral — na justa apreciação da CGJP-Intersindical um verdadeiro atentado aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

E na calha, para Fevereiro, está já o pacote das leis agrícolas (de destruição da Reforma Agrária, das indemnizações aos agrários expropriados, do Arrendamento Rural, do Emparcelamento agrícola, de nova interpretação dos prédios rústicos). Mais para a frente o pacote de novas leis eleitorais antidemocráticas (para a AR, para a Presidência da República, para os órgãos de Poder Local) em conexão com a revisão subversiva da Constitui-

ção para a qual o Governo cavaquista espera ganhar a colaboração do PS.

Sem margem para dúvidas o Governo Cavaco/PSD precisa e redefine os objectivos da contra-revolução, marca prazos para os realizar na prática.

Menos Estado, melhor Estado? — um mito cavaquista a desfazer-se, certamente uma ironia para tentar mascarar uma maior agressividade do Estado sob a égide do cavaquismo contra o bem-estar do povo e a vida dos cidadãos e para camuflar a sua ofensiva classista de restauração dos monopólios.

Na discussão e votação do Orçamento do Estado veio a lume o carácter antipopular da política financeira do Governo.

Sob a égide do cavaquismo e com o suporte da sua maioria domesticada o Estado entra na casa e nos bolsos dos cidadãos, em particular dos trabalhadores para tentar esvaziá-los dos seus magros recursos; propõe-se reduzir ainda mais o já reduzido poder de compra e a prestação de serviços sociais elementares da população mais numerosa e carenciada; aumentar os encargos e diminuir os rendimentos sobre quem trabalha e produz; agravar o centralismo do Estado no plano financeiro contra o descentralismo democrático do Poder Local saído do 25 de Abril.

O aumento da carga fiscal sobre as classes, camadas e sectores populacionais não capitalistas ou de fracos recursos (Impostos profissional e complementar, impostos indirectos, IVA) e o alívio dos impostos incidentes sobre os rendimentos do grande capital são profundamente injustos, nalguns casos, como nos da tributação das gorjetas e do imposto por prédio para a TV, tocam mesmo as raias do ridículo.

A caça sistemática às «coroas» dos cidadãos é organizada com uma minúcia e uma determinação de salteadores experimentados pelos governantes cavaquistas.

Para enganar o povo português o Governo manipula e monopoliza a informação nos órgãos de comunicação social que domina, falseia índices, tenta esconder as realidades da sua política e da situação nacional, procura rosar o futuro do seu projecto político numa conjuntura onde se avolumam factores de instabilidade.

É verdade que apesar de tais factores de instabilidade e das falsificações do Governo a conjuntura externa é ainda temporariamente favorável para Portugal.

A taxa de inflação que o Governo situa contudo abaixo do valor real de 9,5% tem ainda tendências para diminuir.

O desemprego, que o Governo diminui na sua expressão verdadeira e ilude com o alastramento do trabalho precário, do trabalho infantil e do trabalho mercenário sem quaisquer direitos e garantias sociais, tende transitoriamente a aumentar a ritmos mais moderados.

O poder de compra e o salário real dos trabalhadores aumentaram para além dos tectos salariais de 6,7% que o Governo tentou impor porque a resistência e a firme luta dos trabalhadores conseguiram aumentos de 8,3 a 13% na contratação colectiva do Trabalho.

O investimento cresceu 16% (contra as previsões de 10% feitas pelo Governo) mas sem reflexos correspondentes na produção e incidindo de forma preocupante — que tende a acentuar-se apesar dos tardios e incorrectos esforços restritivos do Governo — na expansão do consumo privado que incentiva nas condições actuais e devido à incúria da intervenção governativa ao aumento das importações e ao consequente aumento do défice da Balança Comercial que atingiu nos primeiros 9 meses de 1987 a cifra excepcional de 492,6 milhões de contos (mais 66,6% que no período correspondente de 1986) provocando a queda da taxa de cobertura das nossas exportações de 75,1% em 86 para apenas 68,2% em 87. Significativamente o défice com a CEE multiplicou em 2,9 vezes o de 1986.

É verdade que a Dívida Externa baixou por efeitos da queda abrupta da cotação dólar (que com a queda dos preços do petróleo, dos cereais e de algumas matérias-primas de que dependemos do exterior, favorecem o melhoramento do saldo das balanças comercial e de pagamentos. Mas centrar nisso as esperanças de melhoria da actividade económica do País é fazê-lo no terreno movediço do agravamento previsível da crise económica mundial do capitalismo de que a convulsão bolsista foi um dos expoentes mais visíveis.

Basear nesta situação instável em desenvolvimento os vaticínios optimistas do Governo Cavaco/PSD para 1988 é uma irresponsabilidade e uma temeridade que podem custar muito caro ao povo português.

Quando o Comité Central do PCP afirma na Resolução política saída da Reunião de 10/11 de Dezembro que «os resultados das eleições de 19 de Julho não traduzem a real correlação de forças na sociedade portuguesa» os factos aí estão a confirmá-lo na prática.

No seio dos trabalhadores cresce o descontento.

Resumo

29 Terça-feira

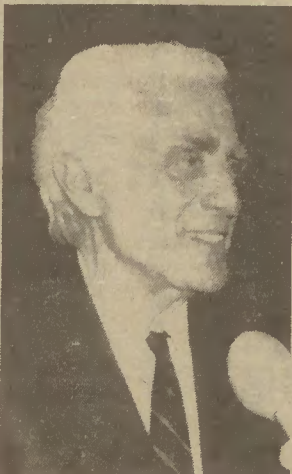
As comissões de trabalhadores da Região de Lisboa anunciam o lançamento de uma campanha de esclarecimento sobre a legislação laboral ■ Os trabalhadores da Quimigal concentram-se com os seus filhos na sede da empresa, como forma de protesto contra o encerramento da creche local, pretendida pela gerência ■ Também os trabalhadores da INDEP se concentram junto ao edifício da administração, em Braço de Prata, exigindo o pagamento do 13.º mês ■ O Governo atribui subsídios de reconversão tecnológica de 145 325 contos aos jornais de expansão nacional ■ O FMI anuncia a criação de um fundo suplementar de 8400 milhões de dólares para ajudar os países mais pobres, com empréstimos de 10 anos e juros de 0,5 por cento ■ Os seis países membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) apelam à ONU para acelerar a aplicação da resolução 598 ■ A capital do Bangladesh e outras cidades encontram-se paralisadas devido à greve geral exigindo a demissão do presidente do país.



A polícia do Bangladesh prende um elemento da oposição

30 Quarta-feira

O Presidente da República, Mário Soares, recebe uma mensagem de Ano Novo do secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachov ■ Álvaro Cunhal encontra-se com Mikhail Gor-



Álvaro Cunhal

batchov em Moscovo onde se deslocou para um período de repouso ■ Um cargueiro sul-africano — o S.A. Waterberg — atracou no porto de Lisboa, contendo a bordo 200 toneladas

de urânio ■ Os trabalhadores da Fábrica de Loijas de Sacavém cortam a Estrada Nacional n.º 10, protestando contra o não pagamento do 13.º mês e do salário de Dezembro ■ O CN da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses regeita, em plenário, o pacote laboral governamental ■ Photis Kouvelis, presidente da Ordem dos Advogados de Atenas, denuncia «as torturas inumanas» praticadas pela ditadura turca contra os dois dirigentes comunistas presos ■ Roberto Mugabe é eleito primeiro Presidente executivo do Zimbábue.

31 Quinta-feira

O PSD aprova, na Assembleia da República, a proposta de lei do Orçamento de Estado para 1988, com os votos contra de todos os outros partidos ■ Segundo uma portaria do «Diário da República», o Governo vai intervir no sector vinícola com a aquisição de vinhos à produção sob a forma de «destilação preventiva» ■ De acordo com os dados da Agência Lusa o escudo desvalorizou 5,27 por cento em 1987 ■ O líder soviético Mikhail Gorbachov desejou, na sua mensagem de fim de ano, que sejam dados em 1988 novos passos para o desarmamento ■ As autoridades polacas apresentam um projecto que liberaliza as eleições locais, introduzindo o sufrágio secreto ■ Os sindicatos dos caminhos-de-ferro espanhóis convocam greves para os dias 7, 8 e 9 de Janeiro.

1 Sexta-feira

O Presidente da República, Mário Soares, afirma, na mensagem de Ano Novo, que o desenvolvimento económico «tem de ter uma dimensão social» ■ O Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro critica o Estado pelo «pequeno apoio» que presta à Igreja ■ A União dos Sindicatos do Algarve revela que a Administração Regional de Saúde de Faro, despediu, no dia 31 de Dezembro, 40 trabalhadores dos centros de saúde algarvios ■ O preço dos serviços de táxi aumenta cinco por cento ■ A Alemanha Federal assume a presidência da CEE ■ O presidente do Bangladesh convoca eleições gerais antecipadas para 28 de Fevereiro ■ A polícia sul-africana prende 115 negros.

2 Sábado

Os subscritores da denominada «Carta Aberta» decidem, por consenso, participar no próximo Congresso do Partido Socialista ■ O presidente do Sindicato dos Profissionais da Banca dos Casinos acusa alguns casinos de funcionarem «de uma forma irregular e ilegal» desde quinta-feira, onde os profissionais de banca estão em greve ■ Os comerciantes árabes da Cisjordânia ocupada encontram-se em greve, protestando contra a ocupação israelita ■ A AIM noticia que os terroristas da Renamo atacaram um comboio com cerca de 1500 passageiros, matando 22 pessoas e ferindo 71 ■ Os principais partidos da oposição do Bangladesh anunciam que vão boicotar as eleições parlamentares de 28 de Fevereiro ■ Morre o cineasta cubano Manuel Octávio Gomez.

3 Domingo

Termina a greve de três dias dos trabalhadores das salas de jogos dos casinos, registando uma adesão de 97,5 por cento. A greve traduziu o protesto dos trabalhadores contra a intenção do Governo de tributar as gratificações dos «croupiers» ■ Freitas do Amaral reúne-se com militantes do CDS e define os seus objectivos e «pontos fundamentais da sua estratégia» ■ Murteira Nabo, novo secretário da Educação do Governo de Macau, e último membro do elenco governamental de Carlos Melancia a ser nomeado, parte para aquele território ■ O PCUS marca conferência para Junho ■ O jornal britânico «Daily Telegraph» revela que a CIA ajudou os serviços secretos de Israel a raptar o cientista Vanunu, em 1986 ■ Um ataque de Israel, efectuado no sábado, a um campo de refugiados no sul do Líbano, provocou 21 mortos e 30 feridos, segundo anuncia a polícia.

4 Segunda-feira



Os trabalhadores da Quimigal de Ansião conseguem que a gerência anule a sua decisão de encerrar a creche da fábrica ■ O FEDER vai apoiar 25 projectos de autarquias alentejanas, num valor de 1,2 milhões de contos, anuncia a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo ■ A Assembleia Distrital do Porto pronuncia-se contra a proposta ministerial de dissolução da Câmara de Gondomar ■ A população palestina dos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia fazem greve geral de protesto contra a expulsão, por parte de Israel, de activistas árabes para a Jordânia ■ Os dirigentes da Coreia do Norte propõem ao governo da Coreia do Sul a realização de uma conferência de paz antes dos próximos Jogos Olímpicos.

5 Terça-feira

Cerca de 600 activistas sindicais de Lisboa reúnem-se num encontro onde aprovam a realização de uma jornada de luta contra o pacote laboral para o próximo dia 27, com desfile do Rossio à Assembleia da República ■ Duas centenas de trabalhadores da Construtora do Niassa ocupam os escritórios da empresa no Porto, exigindo o pagamento de vencimentos em atraso ■ Freitas do Amaral afirma que o PSD não conseguirá sozinho corresponder às esperanças de todos quantos votaram nele ■ Erich Honecker propôs a Helmut Kohl a continuação do diálogo sobre uma contribuição interalemã para o desarmamento, revela a agência ADN ■ A visita de Frank Carlucci ao Golfo Pérsico poderá conduzir a uma redução da presença naval americana na região, considera a agência iraniana Irna ■ A África do Sul anuncia a criação de uma unidade especial de repressão para os bairros negros.

tamento e a luta contra a política cavaquista, mas não só: em vastas camadas intermédias da população sobem protestos e reclamações profundamente sentidas, a questão do «menos Estado, melhor Estado» aparece cada vez mais com maior clareza aos olhos de um número crescente de cidadãos na existência diária e nas perspectivas imediatas da vida dos portugueses e nas reacções das massas populares à política do Governo que se traduzem em novos deslocamentos de forças desfavoráveis ao desenvolvimento do processo contra-revolucionário.

«Menos Estado» na estrutura económica saída da Revolução de Abril — proclamam os cavaquistas — mas «mais Estado» na obstaculização do progresso económico e social do País, na satisfação das legítimas aspirações populares a uma vida melhor e mais desafogada, na resolução dos problemas nacionais mais candentes.

As lutas do final do ano de numerosos sectores da classe operária, da população trabalhadora e da juventude estudantil, com destaque para a firme luta dos trabalhadores da INDEP, que obtiveram uma significativa vitória, e para os desfiles dos trabalhadores da Função Pública, acrescem novas acções.

O desfile de anteontem de 600 activistas sindicais que levou ao Ministério do Emprego a resolução do seu plenário contra o pacote laboral, a decisão de promover uma jornada de luta em Lisboa no próximo dia 27, as manifestações muito diversificadas de agricultores contra a política agrícola do Governo mostram que com o Governo de Cavaço não há «melhor Estado» mas um Estado cada vez mais coriáceo e hostil às reivindicações populares, um Estado cada vez pior sob a dinâmica do cavaquismo no Poder.

Exigências de unidade e de acção se colocam de maneira crescente ao movimento operário, popular e democrático. Conjugação da luta popular de massas pela elevação das condições de vida do povo e a luta institucional contra o restauracionismo cavaquista é uma indeclinável obrigação das forças democráticas. Interessar e mobilizar o povo contra a revisão inconstitucional e antidemocrática da Constituição é um dever que requer da parte de todos os democratas fiéis ao 25 de Abril um debate imediato, uma convergência de esforços e de acções, uma luta concertada contra a direita restauracionista.

O Partido Comunista Português — que ao contrário dos desejos e das «leituras» dos inimigos da democracia e dos divisionistas de todos os matices — cerra fileiras e se afirma cada dia que passa como o elemento mais dinâmico em defesa da Democracia e das conquistas de Abril, está, como sempre, disponível ao diálogo e à acção comum com todas as forças democráticas para uma necessária mudança de rumo na política nacional.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sócio Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º —
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 —
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50

Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º

— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

As lutas e as vitórias dos trabalhadores na passagem do ano velho para o novo

Passou-se do ano velho de 1987 para o novo, este de 1988. Já se repetiu por várias vezes e em circunstâncias certamente muito diferentes o «Ano Novo, vida nova» da praxe. Para milhares de trabalhadores portugueses, no entanto, a vida nova passa para este ano com os mesmos problemas, muitos deles agravados. Continuam os salários em atraso, os despedimentos e os encerramentos de empresas; continua a política de direita que entende serem os trabalhadores quem deve pagar os males e o patronato quem deve arrecadar quantos mais lucros puder.

E continua a luta, que também passa de um ano para o outro. Pelo caminho ficam plantadas algumas vitórias. Com a unidade e a firmeza dos trabalhadores e das suas organizações, do poderoso movimento sindical unitário, outros combates vão ser bem sucedidos. A luta foi em 1987 o melhor empurrão para entrar no novo ano com os dois pés bem assentes na terra e plantar o futuro que se faz nas batalhas de todos os dias. E que continua em 1988.

Para ontem estava convocado um plenário de trabalhadores da **Fábrica de Louças de Sacavém** onde iria ser discutida a posição a tomar depois de a administração insistir em não pagar os salários de Dezembro e o 13.º mês.

É, no entanto, a própria administração quem reconhece que foram ultrapassados os objectivos da produção para 1987. Isto leva, muito justamente, a que os trabalhadores se interroguem acerca dos motivos para o não pagamento das remunerações no fim do ano.

No dia 29, quando a administração informou que não pagaria, os trabalhadores reuniram em plenário, das 17 às 18 horas. Prosseguiram a reunião no dia seguinte, às 8 horas. A meio da manhã cortaram o trânsito na estrada nacional n.º 10.

Função pública

No dia 30 de Dezembro a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública realizou uma concentração em frente à Assembleia da República exigindo a reabertura das negociações da matéria salarial e outras relativas ao sector.

Os trabalhadores da Função Pública repudiam o acordo Governo/UGT sobre o au-

mento salarial de 6,5 por cento e a intenção do Governo aumentar em mais de 60 por cento apenas as carreiras de Chefe de Repartição, de Secção e Técnica Superior. A Frente Comum de Sindicatos realizou já no dia 10 de Dezembro uma manifestação nacional, da Assembleia da República ao Terreiro do Paço, protestando contra as propostas de aumentos de miséria para os trabalhadores.

Os trabalhadores do sector exigem aumentos salariais dignos para todos, a reclassificação de todas as carreiras profissionais da Função Pública e verbas para as Autarquias Locais correspondentes às suas despesas com as novas competências que lhes estão cometidas. A Frente Comum reivindica um aumento salarial de 9,5 por cento, diuturnidades de 2500 escudos e 10 por cento de aumento para a comparticipação no ADSE.

Enfermeiros admitem recurso à greve

A Assembleia Geral dos enfermeiros da zona Sul e RA dos Açores exigiu à ministra da Saúde a clarificação até **dia 11 de Janeiro** da regulari-

zação da actualização de letras e pagamento de retroactivos de uma série de hospitais e centros de saúde. A AG decidiu propor a todos os enfermeiros das instituições onde a situação não está regularizada a **radicalização de formas de luta, entre elas a greve, durante o mês de Janeiro.**

Cerca de 70 por cento dos enfermeiros da zona Sul ainda não tinham recebido, até ao dia da AG (29/12), ou as novas letras, ou estas e os retroactivos, o que corresponde a uma dívida de cerca de 500 mil contos. Extrapolados, com alguma margem de erro, a nível nacional — afirma o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul — estes dados levam à conclusão de que o Ministério da Saúde deve cerca de um milhão de contos aos enfermeiros portugueses.

O sindicato chama ainda a atenção para o facto de à «grande maioria» dos enfermeiros tarefeiros também não estar a ser contado o tempo de serviço para todos os efeitos legais.

A Assembleia convocou uma **concentração** e uma conferência de imprensa para **dia 15 deste mês.**

Fim de ano com despedimentos

Entretanto, a fechar o ano, a ministra Beleza (através da Administração Regional de Saúde de Faro) deu ordem de despedimento a partir de 31 de Dezembro a quatro dezenas de trabalhadores de centros de saúde concelhios e da sede da ARS.

A União dos Sindicatos do distrito (USAL) divulgou uma nota assinada pelo seu coordenador em que protesta «contra esta lamentável medida» e exige a reintegração dos trabalhadores, chamando a atenção para a «redução da capacidade de atendimento» que resulta dos despedimentos e afirmando que «existem situações concretas de previ-

Lisboa: manifestação dia 27 contra o pacote laboral

O encontro distrital de dirigentes e delegados sindicais de Lisboa, reunido anteontem na Voz do Operário, apoiou a iniciativa do conselho distrital da União dos Sindicatos de realizar no próximo dia 27, quarta-feira, uma manifestação sob o lema «**Não ao pacote laboral! Segurança no emprego!**», com concentração no Rossio às 18.30 horas e desfile para S. Bento.

O encontro analisou o conteúdo e as consequências do pacote laboral

do Governo e juntou o repúdio dos trabalhadores do distrito aos inúmeros protestos que se têm verificado por todo o País contra as alterações que o patronato e o seu executivo PSD pretendem introduzir nas leis dos contratos a prazo, dos despedimentos e do *lay-off*.

No final do encontro, os participantes foram ao Ministério do Emprego entregar a Resolução aprovada sobre aqueles projectos.

sível encerramento de secções de serviços e diminuição do número de camas disponíveis em unidades de internamento, casos de S. Brás de Alportel e de Loulé».

Também o Ministério do Emprego autorizou, no dia 29 de Dezembro, o despedimento colectivo de 85 trabalhadores da **Jayme da Costa**, entre os quais se encontram todos os activistas sindicais.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte manifestou o seu «repúdio e perplexidade» perante esta autorização e considera o despedimento uma **dupla injustiça**: por um lado, a empresa é viável e a manutenção dos postos de trabalho «perfeitamente possível», afirma o STIEN, sublinhando que «as dificuldades económicas da empresa são da inteira responsabilidade da (má) gestão, não cabendo aos trabalhadores pagar a factura das incompetências alheias»; além disso, a gerência da Jayme da Costa havia já anunciado que só pagará as indemnizações a partir de 31 de Março.

«Mais uma medida que mostra a verdadeira face do Governo PSD/Cavaco Silva, a defesa dos interesses do patronato contra os que trabalham» — tal é o comentário do

sector de empresas do Porto do PCP, que tornou públicos o seu protesto perante o despedimento e a sua solidariedade para com os trabalhadores da Jayme da Costa.

Meia centena de trabalhadores da **Cirel/Coporel** foram despedidos sem lhes pagarem os salários.

A Cirel/Coporel sofreu um processo de falência e por isso foi vendida em hasta pública à Nestlé, mas esta empresa não está interessada em renovar os contratos dos trabalhadores despedidos.

Na madrugada de 30 de Dezembro os trabalhadores efectuaram uma vigília na empresa, manifestando o receio de terem de esperar as indemnizações durante bastante tempo.

INDEP: 13.º mês já está

Depois de uma longa luta, que culminou com uma concentração junto ao edifício da administração desde as 14.30 horas de dia 29 às 2 da madrugada do dia 30, os trabalhadores da INDEP receberam o 13.º mês em dívida.

A administração das Indústrias Nacionais de Defesa EP

informou entretanto a comissão de trabalhadores de que o Ministério da Defesa se comprometeu a desbloquear a verba para o pagamento dos salários de Dezembro, o que, no entanto, ainda não aconteceu. Mantém-se igualmente actual a exigência dos trabalhadores de que sejam tomadas medidas para a viabilização da empresa e a defesa dos 2100 postos de trabalho que hoje tem.

Rodoviários da Madeira furam o tecto

Depois de 4 dias de greve, com uma adesão de mais de 90 por cento, **os trabalhadores do sector de combustíveis e distribuição de gás da Madeira conseguiram um aumento salarial global na ordem dos 14,9 por cento**, com efeitos a partir de 1 de Setembro passado; o acordo inclui ainda duas novas cláusulas pecuniárias: abono para falhas e subsídio de alimentação.

Os trabalhadores dos transportes públicos, também



*a partir
de Janeiro*

O Militante

tem formato diferente • mais 16 páginas
novo aspecto gráfico • artigos em maior número

e mais variados

O alargamento da sua difusão e da sua leitura ajudará a elevar o espírito revolucionário dos militantes e permitirá uma acção mais esclarecida e esclarecedora na luta ideológica

le e divulga

Uma assinatura
grátis
para quem apoiar
10 assinantes

Preço de um exemplar — 50\$00 • Assinatura de 6 números — 275\$00 Assinatura de 12 números — 550\$00

A prova dos nove

É possível que Cavaco Silva ainda não se tenha apercebido que o pacote laboral que pretende fazer aprovar é uma espécie de bomba ao retardador.

Embragado com a maioria parlamentar, orgulhosamente só no exercício do poder, controlando rigidamente os seus ministros e deputados, o professor caiu tão rapidamente na tentação do poder absoluto que chega a causar espanto.

Acreditar que a maioria conseguida em 19 de Julho, à custa de doses maciças de demagógicas medidas e de não menos demagógicas promessas de benesses futuras, basta por si só para garantir a estabilidade do mandato de quatro anos é, no mínimo, uma ingenuidade política e um erro crasso de estratégia.

Mesmo acreditando na possibilidade de negociar a contento com o PS a revisão da Constituição, alterando de tal foram a lei eleitoral que se subverta a vontade do eleitorado.

Pela razão elementar de que a sociedade não é, por mais que o tentem, uma massa amorfa susceptível de permanente manipulação.

Tal como a demagogia, a manipulação frutifica quando vai de encontro às aspirações mais sentidas da população. Só que não dura sempre. A realidade é a prova dos nove a que não se consegue escapar.

O patronato sabe-o muito bem. Não é por acaso que os seus mais avisados representantes ficaram supresos com o alcance devastador do pacote laboral, que ultrapassou em muito as suas próprias expectativas.

É claro que ao patronato sabe bem ter a faca e o queijo na mão no que toca às relações com os trabalhadores. Poder despedir facilmente, pagar salários a seu prazer, acabar com regalias conquistadas, determinar férias e descansos em função dos seus interesses, impor ritmos de trabalho que garantam sempre mais e mais lucros.

Mas sabe também que não é possível retirar tudo aos trabalhadores, pois quem nada tem a perder pode apostar tudo na luta por algo melhor.

A experiência do tempo do fascismo demonstra-o bem. A rigidez do capitalismo monopolista e latifundiário bloqueou de tal forma o desenvolvimento que gerou no seu seio uma geração de «liberais» que defendiam, para uma exploração mais eficaz, medidas atenuadoras do descontentamento popular e, em particular, das classes trabalhadoras.

Com o seu pacote laboral, Cavaco Silva pretende voltar atrás.

Admitindo o direito ao despedimento por razões «económicas, tecnológicas, estruturais ou de mercado, pelo desaparecimento de confiança requerida para o exercício de funções de alta direcção e de representação patronal», entre outras, Cavaco Silva pretende remeter milhões de trabalhadores para a situação permanente de instabilidade, descontentamento, insegurança, revolta.

O que não serve os trabalhadores, não serve o patronato e, em última análise, não serve o País. As reacções não se fizeram esperar. De Norte a Sul, as estruturas representativas dos trabalhadores mobilizam-se na luta contra este pacote e anunciam-se acções de massas a nível nacional.

A paz podre social que o Governo de Cavaco Silva pretende impor com a intimidação e a repressão não se instalará.

A classe operária e os trabalhadores em geral, as forças democráticas, estão bem vivas em Portugal.

As maiorias fazem-se e desfazem-se.

Os tiranos fazem planos para dez mil anos, como escreveu Brecht. Mas nunca nenhum reinou tanto tempo.

De uma forma ou de outra, os povos sempre os derrubaram.

■ A. F.

Trabalhadores

As lutas e as vitórias

abrangidos pelo Sindicato dos Rodoviários da RA da Madeira, não chegaram a recorrer à greve, marcada para 30 e 31 do mês passado, já que conquistaram antes dessa data um acordo que lhes garante um aumento global de 13,5 por cento (a partir de 1 de Dezembro) e transporte gratuito nas carreiras regulares da respectiva empresa.

Casinos

Teve uma adesão de 97 por cento a greve dos traba-

lhadores dos casinos e salas de jogos contra a decisão do Governo de tributar as gratificações dos *croupiers*. A greve durou 3 dias e terminou às 15 horas do dia 3 de Janeiro.

A Federação da Hotelaria (FESHOT) anunciou que vai requerer ao Governo a «retração da intenção governamental de tributar as gorjetas» e «um esclarecimento sobre se constitui intenção sua tributar igualmente as gratificações recebidas pelos trabalhadores dos hotéis, restaurantes e similares».

Caso o Governo «não se

mostre disponível para se retratar na sua inaceitável intenção», a FESHOT proporá ao sindicato do sector a realização de uma nova greve; além disso, vai pôr à discussão uma proposta para que o controlo do apuramento de gratificações seja feito exclusivamente por representantes dos trabalhadores.

Autosil pára dias 12 e 13

Os trabalhadores da Autosil vão estar em greve nos

dias 12 e 13 de Janeiro, em períodos de três horas por dia.

A luta dos trabalhadores da Autosil deve-se à repressão por parte da administração, que se recusa a reunir com a CT e a comissão intersindical, restringe a participação de trabalhadores em plenários e suspendeu unilateralmente as negociações do caderno reivindicativo. Além disso o patronato pretende impôr aumentos sem negociação.

A marcação da greve foi aprovada em plenário de trabalhadores, realizado no dia 4 deste mês.

Privatizar... os lucros (5)

A Unicer

A Unicer, EP, com sede e principal centro de produção em Leça do Balio, Matosinhos, tem sido notícia frequente, ultimamente, nos jornais. Em 1986, pela primeira vez na sua história, a Unicer atingia a maioria absoluta do mercado nacional de cerveja, 52 por cento. E o seu nome aparece sistematicamente referido à cabeça das listagens de reprivatizações anunciadas pelo Governo Cavaco.

Vão longe os tempos anteriores à nacionalização, em que a quota de mercado da empresa não ia além dos 25 por cento. Como vai longe o tempo em que a Unicer era criada como empresa pública, em 1977, na situação de falência técnica, por força da situação em que duas das empresas privadas absorvidas se encontravam, à data da nacionalização.

Dispondo além do centro de produção de Leça do Balio, de outros em Santarém,

Loulé e Santa Iria de Azóia, em Lisboa, a Unicer obteve nos últimos seis anos taxas de crescimento das vendas de cerveja de 5,9 por cento ao ano, aumentou a produtividade em 24,3 por cento, obteve resultados líquidos superiores a 700 mil contos, fez investimentos superiores a 5 milhões de contos, modernizou equipamentos e diversificou actividades, que neste momento de repartem entre a produção e comercialização de cerveja e refrige-

rantes e a comercialização de águas de mesa e *whiskies*.

O que faz correr Cavaco e o seu Governo? Se o argumento mil vezes repetido (e nem assim verdadeiro) é o do «prejuízo das empresas públicas», porquê privatizar os resultados e o património de uma empresa valiosa e altamente lucrativa, obtidos e criados na sua condição de empresa pública? O que se pretende, de novo, para os trabalhadores da empresa e para a economia nacional? Perguntas a que o Governo PSD/Cavaco, não dá nenhuma resposta que tenha a ver com o interesse do País e dos trabalhadores.

Em contrapartida, será fácil vislumbrar a bicha dos grandes capitalistas que, no

seu afã de reconstituírem os monopólios capitalistas em Portugal, procurarão aposar-se dos destinos da empresa e do esforço de anos de trabalho de mais de um milhar e meio de trabalhadores.

A privatização da Unicer, tal como a de outras empresas públicas, não é um facto consumado. É uma questão em que, em última análise, apesar das dificuldades presentes, terá uma palavra decisiva a luta dos trabalhadores e do povo português em defesa das nacionalizações. E em que desempenhará também um papel decisivo a luta para procurar conter as cedências à direita que neste plano os dirigentes do PS se inclinam para fazer na próxima revisão constitucional.

Quimigal não encerrou a creche de Ansião

O Conselho de Gerência da Quimigal pretendia encerrar, no dia 4 de Janeiro, a creche da fábrica de Ansião. Como resposta a esta atitude, os trabalhadores desta unidade (280) reuniram-se nesse mesmo dia em plenário geral, onde decidiram transmitir ao C.G. que, ou a creche reabria imediatamente, ou seriam os próprios trabalhadores a reabri-la e

mantê-la em pleno e normal funcionamento.

Em virtude desta firme posição dos trabalhadores, o C.G., por volta do meio-dia, deu ordens para abrir a creche.

No entanto o Conselho de Gerência informou que esta sua decisão de manter a creche aberta só vigorará até finais de Julho do corrente ano, e que, em seu enten-

der, será definitivamente encerrada em Agosto de 1988.

Perante esta informação do Conselho de Gerência, os trabalhadores fizeram saber que a sua vontade e firmeza irão manter-se inalteráveis até à revogação por completo desta nova decisão, ou seja, até conseguirem que a creche fique aberta para sempre.

Esta grande vitória é fruto

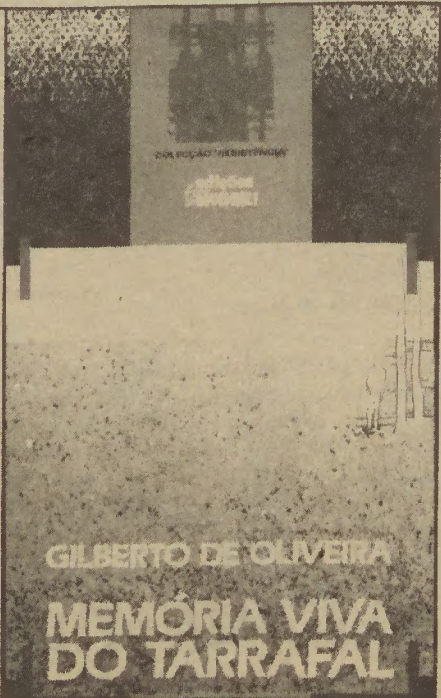
da unidade, do grande querer e da vontade dos trabalhadores da unidade fabril de Ansião da Quimigal, que foram com os filhos à sede da empresa, no dia 29 de Dezembro, protestar contra a tentativa do conselho de gerência de encerrar a creche da fábrica de Ansião, actualmente frequentada por 47 crianças e com outras 15 à espera de serem admitidas.

Colecção «Resistência»

GILBERTO DE OLIVEIRA

MEMÓRIA VIVA DO TARRAFAL

«Nesta contribuição de denúncia dos crimes do fascismo português, procurei levantar alguns aspectos que me parece merecerem um aprofundamento maior do que aquele com que os deixo aqui tratados. E não apenas no que se refere ao Tarrafal e às outras prisões fascistas, mas muito particularmente no que se reporta à história da resistência antifascista.»



edições
Cavante!

A diferença
de uma visão
científica
do mundo

248 pp
Cód. 41.19
Preço: 1000\$00

CDL a distribuição

Assembleia da República

Indiferente às críticas e sugestões PSD aprova orgulhosamente só o seu Orçamento para 1988

Alheio às críticas contundentes dos partidos da oposição, surdo em relação às suas propostas e sugestões, indiferente à contestação proveniente dos mais diversos sectores e forças sociais e sindicais, o Governo do PSD viu aprovado na Assembleia da República, apenas com os votos da bancada do partido que o sustenta, o Orçamento do Estado para o ano em curso.

Desde o início do ano, após uma longa maratona parlamentar, o Governo dirigido por Cavaco Silva dispõe assim de um instrumento fundamental para a execução da sua política da qual dependerá de modo efectivo, no futuro mais ou menos próximo, a vida dos portugueses.

Para lá das repercussões resultantes do conteúdo e das opções expressas no Orçamento que condicionarão o País sob o ponto de vista económico e financeiro nos próximos doze meses, outros aspectos e conclusões importa entretanto reter no rescaldo do debate, designadamente os que dizem respeito à conduta seguida pelos membros do Governo e pela bancada do PSD, postura sobranceira e arrogante que contrastou fortemente com a posição construtiva e responsável da generalidade dos partidos da oposição.

Quero posso e mando

A recusa sistemática de todas as propostas, críticas e sugestões formais ou materiais oriundas dos diversos quadrantes da oposição surgiu deste modo ao longo de todo o processo de discussão das propostas de lei do Orçamento e das Grandes Opções do Plano como o aspecto mais relevante no comportamento do Governo.

Dir-se-ia mesmo — independentemente de ser ou não intenção prévia da maioria fazer uma demonstração pública da sua força e peso — que se esteve em presença de uma gratuita e inqualificável arrogância, género «quero, posso e mando», sintomática de quem tem do funcionamento das instituições concepções no mínimo antidemocráticas.

Não se afigura credível, com efeito, pelo facto de serem da oposição, que todas as propostas ou sugestões fossem não entender da bancada da maioria desprovidas de mérito e não visassem introduzir melhoramentos no Orçamento, motivo invocado para serem sistematicamente chumbadas, sem argumentos, em votações cegas, mesmo em matérias em que, como salientou a deputada comunista Ilda Figueiredo, o PSD foi forçado a reconhecer a sua justeza.

A afirmação de que o «Or-

çamento do Estado não é da Assembleia da República, mas do Governo», proferida por Correia Afonso, líder parlamentar do PSD, no decorrer de uma conferência de imprensa no último dia do debate, ajuda aliás a esclarecer a postura da maioria e o entendimento que esta tem do preceito constitucional que determina caber à Assembleia a votação do Orçamento apresentado pelo Governo após acolhimento das propostas de alteração das forças politicamente representadas no Parlamento.

Oposição responsável e combativa

Mas se a atitude do Governo foi fechada e sectária, outra, bem diversa, ofereceu a Assembleia da República: Responsável e diligente, não se poupando a esforços, inclusive para reduzir o largo atraso na entrega do Orçamento por parte do Governo, tal foi a imagem dada por este órgão de soberania, completada pela atitude séria da totalidade dos partidos e agrupamentos parlamentares da oposição que não se demitiram de apresentar propostas de aperfeiçoamento ao Orçamento.

Foi o caso do Grupo Parlamentar do PCP que, pese embora a recusa sistemática, sem critérios, da bancada do partido que apoia o Governo, não deixou de apresentar até ao último momento propostas e sugestões tendentes a cobrir lacunas ou a atenuar aspectos mais graves da proposta de lei.

Mesmo depois de terem sido «cilindradas» as propostas que visavam dar resposta às reivindicações das autarquias, dos trabalhadores da Função Pública, às carências de equipamento escolar e de verbas para a acção social escolar, às carências de habitação social e de saúde, apesar disso, como salientou na intervenção de encerramento Ilda Figueiredo, os deputados comunistas conti-



Nas vésperas do debate na generalidade, o Grupo Parlamentar do PCP deu a conhecer em conferência de imprensa a sua apreciação sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento e divulgou algumas das suas propostas tendentes a preencher lacunas e a minorar aspectos mais graves contidos no projecto de lei do Governo. O debate posterior veio confirmar a correcção das observações e da análise efectuada e a justeza das propostas defendidas

nuaram com perseverança a levar para a mesa da discussão propostas positivas de modo a «impedir o agravamento da carga fiscal sobre os trabalhadores e as famílias, sobre os bens de primeira necessidade, sobre as alfaias agrícolas e os tractores».

Para quem acompanhou o debate tornou-se de resto claro, como contraposição à arrogância do Executivo, a atitude positiva e responsável dos partidos da oposição, e designadamente do PCP, pautando a sua actuação pela defesa das instituições, por critérios de defesa do Estado e de eficiência da política financeira, «por uma verdadeira justiça redistributiva, pela verdade fiscal, pelo melhoramento das condições de vida materiais e económicas do povo português».

Falta de rigor e verdade

Mas não foi apenas a indisponibilidade do Governo para o debate democrático e a sua lamentável auto-suficiência que estiveram na base do completo isolamento a que foi votado, dando origem a um rotundo não de todos os grupos e agrupamentos parlamentares na votação final global, excepção feita naturalmente à bancada do PSD.

Foi sobretudo pelo conteúdo e pelas opções nele expressas, que este Orçamento do PSD elaborado para servir sectores mais chegados ao Executivo mereceu a condenação unânime da oposição, sendo igualmente gene-

ralizada a ideia de que contém graves ilegalidades em relação às quais se justifica, na opinião da bancada comunista, o «accionamento dos mecanismos» que permitam impedir que elas venham a produzir efeito.

Como salientou Ilda Figueiredo, ficou provado quer no debate em plenário quer em comissão que se está perante um Orçamento «subavaliado e camuflado» para efeitos de propaganda externa, com um «défice formal registado» e com uma institucional «dotação concorrencial» negativa que permite a existência de despesas sem financiamento assegurado, «tornando incertas as respectivas dotações, o que vicia a fixação do défice, permitindo a sua redução contabilística e artificial».

Mais impostos

Confirmando análises anteriores divulgadas no «Avante!», este Orçamento pós-eleitoral do PSD — para lá da falta de rigor, verdade e transparência — reflecte ainda a preocupação do Governo em prosseguir a política de centralização de capital (através da política económica e da ofensiva de liquidação das empresas públicas rentáveis) e em implementar um pacote laboral que facilite os despedimentos e retire força aos trabalhadores.

É no quadro destes objectivos que se insere, pois, o presente Orçamento, sem dúvida contraccionista, do qual resultará uma travagem do crescimento, o agravamento das condições de vida dos estratos da população mais desfavorecidos e escandalosas benesses para o grande capital.

Com efeito, depois das eleições e da derrapagem do consumo, o Governo assesta as suas baterias para os rendimentos do trabalho, cobrindo os custos da sua política fiscal, económica e financeira

desemprego juvenil, os salários em atraso, o trabalho precário e o trabalho infantil.

Agressão centralista

Seria no entanto sobre as reduzidas verbas previstas no Orçamento para as Autarquias que recairiam as mais duras críticas de toda a oposição — e mesmo de alguns deputados do PSD —, sendo a proposta de lei nesta matéria considerada um «instrumento de agressão centralista» ao poder local e às populações.

Sem que merecesse contestação, foi amplamente demonstrado que as consequências do erro de previsão do Governo de 40 milhões de contos na cobrança do IVA não podem ser imputadas às autarquias, facto que todavia não foi suficiente para sensibilizar o Governo nem o demover de manter uma decisão que fere a autonomia financeira dos municípios e atinge as suas competências e capacidade de decisão.

Para os deputados comunistas, este Orçamento compromete ainda o «desenvolvimento independente» do País e alarga o fosso que nos separa da Europa, pelo que ficará a assinalar não apenas o fim daquilo a que alguns têm chamado o «estado de graça do Governo» como também o desenvolvimento e intensificação da actividade da oposição com vista a preparar «as condições para uma alteração da maioria» que suporte a tão necessária quão «imperiosa mudança de política».



Iniciativas do PCP

Criação de novas autarquias

- Freguesia de Luzianes-Gare, concelho de Odemira

Povoação da freguesia de Sabóia, situada em zona predominantemente agrícola, dispõe de um apreciável conjunto de equipamentos que permite a sua passagem a freguesia.

- Freguesia da Barrosa, concelho de Benavente

As populações da Barrosa e de São Brás há muito reivindicam a criação da nova freguesia, pretensão que recolhe o apoio total dos órgãos autárquicos.

Elevação de vilas a cidades

- Vila Real de Santo António a cidade (em conjunto com o PS e o PSD)

A situação privilegiada de Vila Real de Santo António, a elevada densidade populacional do seu núcleo urbano e a importância adquirida como pólo de atracção no contexto da sub-região algarvia do nordeste e Baixo Guadiana justificam plenamente a elevação a cidade.

a partir de Janeiro
de e divulga

O Militante

tem formato diferente • mais 16 páginas
novo aspecto gráfico • artigos em maior número
e mais variados

O alargamento da sua difusão e da sua leitura ajudará a elevar o espírito revolucionário dos militantes e permitirá uma acção mais esclarecida e esboçadora na luta ideológica

Preço de um exemplar — 50\$00 • Assinatura de 6 números — 27\$00 • Assinatura de 12 números — 55\$00

Uma subscrição
gratuita
para quem assina
10 exemplares

Nacional

CM de Gondomar na mira do Governo

Utilizando falsos critérios e jogando abertamente na desestabilização da vida do Município, o Governo de Cavaco Silva, através do Governador Civil do Porto, engenheiro Carlos Brito, e do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, apontou o seu dedo inquisitorial contra a Câmara de Gondomar, no Grande Porto, ameaçando com a dissolução deste importante órgão autárquico do Norte do País, onde o PSD está em minoria. Enquanto no passado dia 29 de Dezembro a Comissão Concelhia do PCP de Gondomar alertava a opinião pública para este problema, a Assembleia Distrital do Porto (constituída pelos presidentes das CMs e AMs e o presidente de uma JF de cada concelho), reunida na passada segunda-feira, por convocação do Governador Civil condenava firmemente a manobra do Governo. Com efeito, a proposta de dissolução da Câmara de Gondomar recebeu 31 votos contra apenas 12 a favor (com 3 abstenções). De salientar a posição de eleitos do PSD que se opuseram também a este plano governamental de desestabilização da autarquia. Terá o Governo aprendido a lição?

Ao mesmo tempo que o eng.º Carlos Brito convocava a Assembleia Distrital para aquela reunião extraordinária, distribuía um documento produzido no âmbito do Ministério da tutela: «Inquérito ao Município de Gondomar — relatório parcial — falta de aprovação dos instrumentos de gestão financeira». Analisando detalhadamente esse documento, a Comissão Concelhia do PCP «manifesta o seu espanto pela falta de objectividade e de rigor com que está elaborado e pela maneira como

foram forjadas as suas "conclusões". Torna-se óbvio que não estamos perante um verdadeiro inquérito, mas sim um material de propaganda para servir de justificação ao ministro Valente de Oliveira para dissolver uma Câmara em que o PSD está em minoria e que poderosos interesses económicos pretendem conquistar».

Refere a Concelhia do PCP: «Invoca o Governo, como pretexto para dissolver a Câmara de Gondomar, o facto desta não ter aprovado os

Planos de Actividade e Orçamento para 1986 e 1987 dentro dos prazos legais, e outras consequências daí decorrentes. A Comissão Concelhia do PCP sentiu-se particularmente à vontade a este respeito, pois sempre considerou grave a falta de tais documentos e criticou o PS pelo facto de a Câmara não ter tido Plano de Actividades e Orçamento para 1986 (da responsabilidade do mandato anterior) e também do Plano para 1987 ter sido aprovado com cinco meses de atraso. Os vereadores da CDU (antes APU) tudo fizeram ao longo destes anos, no âmbito das suas competências, para que estes importantes documentos fossem apresentados e aprovados dentro dos prazos legais — e para o provar, ali estão as actas das reuniões da Câmara com sucessivas declarações, moções e propostas, com datas diversas, para que tais documentos fossem entregues.

«Tendo sido a maioria da vereação de Gondomar explícita e formalmente crítica quanto a estes aspectos e exigente do cumprimento dos prazos legais, é evidente que a haver procedimento administrativo nunca este poderia recair sobre os vereadores discordantes de tal prática».

Noutra passagem, a Comissão Concelhia do PCP comenta:

«Nos termos legais invocados pelo engenheiro Carlos Brito a mando do Governo PSD/Cavaco Silva, deverão ser dissolvidos os órgãos autárquicos «que não tenham os Orçamentos aprovados de forma a entrarem em vigor no dia 1 de Janeiro de cada ano».

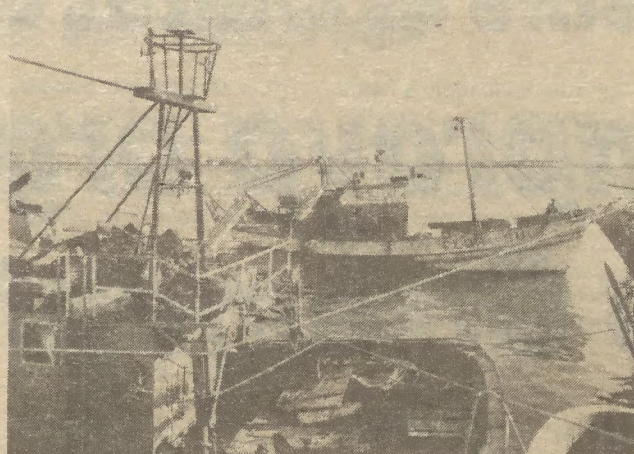
«Toda a gente sabe, porém, que o não cumprimento dos prazos e outras disposições legais por parte das autarquias, designadamente Câmaras e Assembleias Municipais, e em particular em relação aos Planos de Actividade e Orçamentos, é uma situação grave mas infelizmente generalizada. Tão generalizada que se idêntico rigor, ao que se pretende para Gondomar, fosse aplicado às restantes autarquias, só no distrito do Porto o Governo deveria dissolver imediatamente 12 das 17 Câmaras Municipais que não aprovaram dentro do prazo legal o Orçamento e Plano.

«Para ilustrar a "isenção política" dos governantes e a "transparência dos processos" que utilizam, acrescenta-se que o actual Governador Civil (e vice-presidente do PSD) é o mesmo engenheiro Carlos Brito que foi vereador da Câmara do Porto entre 1982 e 1985, Câmara onde o PSD apesar de dispor da presidência também nunca cumpriu os prazos legais para a aprovação dos planos de actividade e orçamentos (os de 1983, apenas aprovados em 27 de Maio de 1984; os de 1984 foram aprovados apenas em 19 de Abril de 1985; os de 1985 aprovados em 28 de Maio de 1986, não tendo aprovado como lhe competia o plano de 1986)».

Finalmente, a Concelhia do PCP, «sem isentar o PS de críticas pela situação criada, considera seu dever alertar os trabalhadores e o povo do concelho para esta manobra de baixa política dos dirigentes da CDU».

A concluir, os comunistas chamam a atenção para o propósito do Governo («se conseguir levar por diante o seu plano de dissolução do órgão autárquico) de designar uma comissão administrativa majoritariamente afectada ao PSD

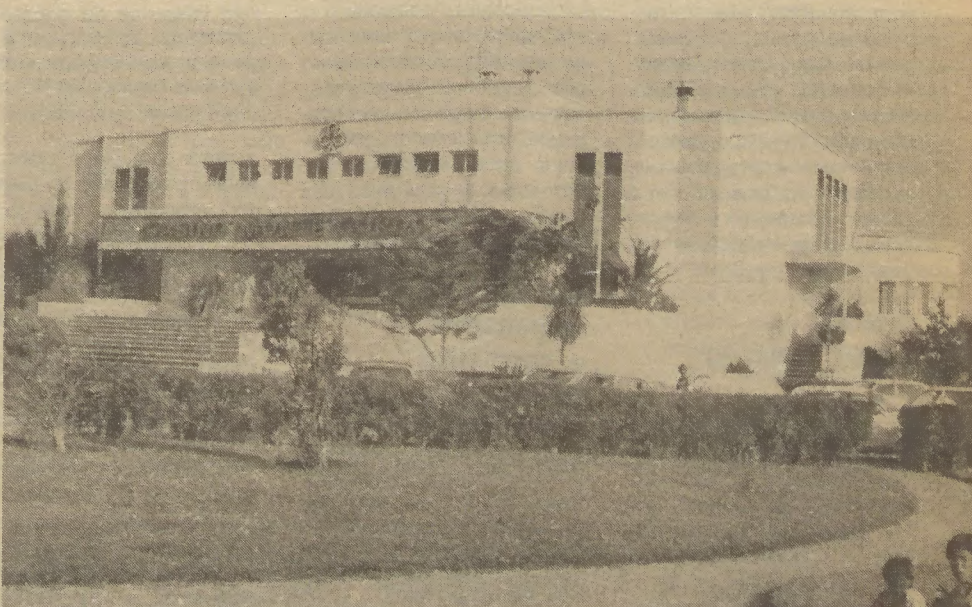
PCP



Algarve: potencialidades sem o devido aproveitamento, estímulo ou defesa



Monte Gordo: uma marginal sob a ameaça das torres de cimento armado, que a CM de Vila Real de Santo António parece querer «apadrinhar»...



Repressão sobre os trabalhadores e falta de dinamismo das administrações: a quem interessa esta situação desestabilizadora no sector hoteleiro de Monte Gordo?

CASCAIS — A posição dos vereadores comunistas

Porque «não vão contribuir para um crescimento e uma coexistência harmoniosa de todo o concelho», o Orçamento e o Plano para 1988 da Câmara Municipal de Cascais não foram votados favoravelmente pelos vereadores do PCP naquele município.

Numa breve nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social no início desta semana, aqueles vereadores sublinham a dado passo: «Apesar da reestruturação dos serviços da Câmara, o Orçamento e o Plano/88 não têm em conta o aproveitamento das capacidades e potencialidades dos recursos

humanos e técnicos do município, o que retira a possibilidade de se resolverem muitas das graves situações existentes em Cascais».

E acrescentam: «O PSD, ao apresentar este Orçamento e Plano, mostrou com clareza as suas contradições, sobre o que deve ser a resolução dos

Despedimentos e repressão em hotéis de Monte Gordo

Concelhia do PCP de Vila Real de S.^{to} António toma posição

O ambiente de ameaças e repressão que se vive no sector hoteleiro de Monte Gordo, no Algarve, inclui despedimentos arbitrários como já sucedeu nos hotéis dos Navegadores e Alcazar. Há dias atrás, confirmou-se a intenção dos administradores do hotel Vasco da Gama de despedir 21 trabalhadoras.

A Comissão Concelhia do PCP de Vila Real de Santo António alerta a opinião pública para esta grave situação numa nota de imprensa em que salienta a dado passo:

«Fazendo tábua rasa dos compromissos que assumira perante o Sindicato e o próprio governador civil, aquela administração quer mandar para o desemprego trabalha-

doras que deram, todas elas, mais de 20 anos do seu esforço à empresa. Estes despedimentos, aliás, vêm já na sequência de outros feitos anteriormente, de forma indirecta, na empresa e já se fala mesmo que querem mandar mais trabalhadores para a rua!

«A Comissão Concelhia do PCP manifesta publicamente o seu vivo repúdio por estes brutais atentados aos direitos e à dignidade dos trabalhadores. Foi já por proposta dos vereadores da ex-APU que a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António aprovou uma moção de repúdio contra estes despedimentos e exigindo a sua anulação.

A Junta de Freguesia de Monte Gordo também tomou já posição exigindo a anulação dos despedimentos.»

Hipocrisia PSD

Noutra passagem, os comunistas daquele concelho algarvio «denunciam a hipocrisia do PSD local na pretensa defesa que diz fazer dos trabalhadores despedidos quando ao mesmo tempo o seu Governo apresenta a nova "lei dos despedimentos", já considerada pela CGTP como "uma violência sem limites, sem regras e sem controlo judicial ou administrativo" contra os trabalhadores e que, se fosse aprovada, colocaria todos os trabalhadores portugueses sob a completa e total arbitrariedade do patronato».

E acrescentam: «Esta ofensiva repressiva,

A ofensiva repressiva contra os trabalhadores do sector da hotelaria e a generalização abusiva dos contratos a prazo não podem ser encarados isoladamente, sublinha a Concelhia do PCP de Vila Real de Santo António, que chama a atenção para a falta de dinamismo que tem caracterizado os responsáveis pela gestão dos hotéis e do próprio casino de Monte Gordo. Ao mesmo tempo, a coligação que dirige a Câmara de V. Real de Santo António parece interessada na construção desordenada de torres de cimento ao longo da bela marginal de Monte Gordo.

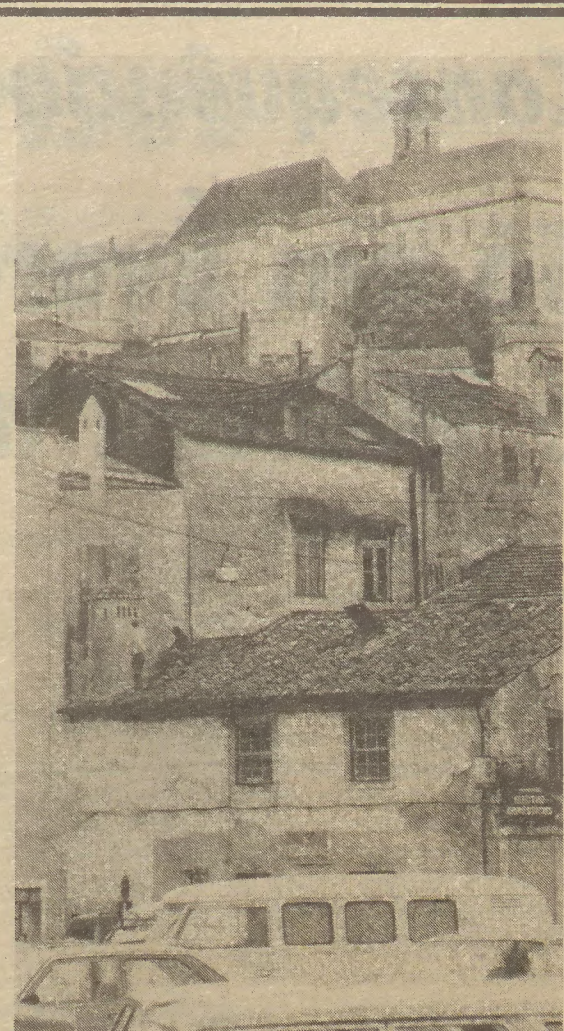
a que está ligada também a generalização abusiva dos contratos a prazo, conduz inevitavelmente à desestabilização no sector, com consequências negativas evidentes na qualidade dos serviços prestados e na imagem de Monte Gordo como destino turístico. E põe em perigo o turismo na zona.

«Tal ofensiva, porém, não pode ser vista isoladamente de outras manobras preocupantes: tenhamos presente as tentativas para acabar com a animação no Casino de Monte Gordo e para o próprio encerramento do Casino e a falta de dinâmica que têm mostrado os últimos directores que têm passado

pelos hotéis da zona e que se tem saldado por uma preocupante ocupação diminuta das unidades hoteleiras na época baixa.

«É caso para perguntar: quais são os objectivos do patronato com todo este conjunto de manobras desestabilizadoras do sector? A quem interessa esta desestabilização?

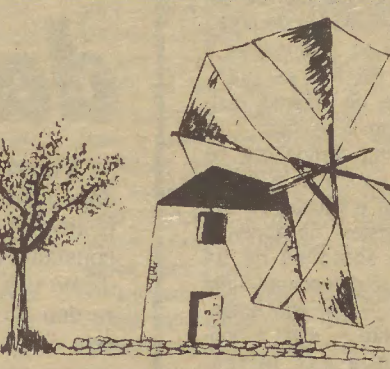
«A todas estas manobras que vêm prejudicando seriamente o turismo no nosso concelho, acresce ainda o perigo real de destruição da zona de Monte Gordo como local privilegiado de destino turístico em resultado da acção da coligação que governa presentemente a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António através das suas tentativas de permitir, de forma ilegal e arbitrária, a construção desordenada de torres de cimento ao longo da marginal de Monte Gordo, destruindo as suas belas condições naturais.»



COIMBRA O PCP não se limita a constatar factos...

No distrito de Coimbra «o desemprego atinge mais de 20 mil trabalhadores», dos quais apenas cerca de 2500 recebem subsídio, lembra a Comissão Distrital do PCP em nota tomada pública após o seu último plenário de 87. Além de analisar as conclusões da recente reunião do Comité Central do Partido, aquele organismo de direcção debateu a situação social e política do distrito. No documento que nos fez chegar, chama a atenção para situações de extrema gravidade na área laboral, tais como o encerramento de empresas (mais de 80, entre 1983 e 87, abrangendo cerca de 5 mil trabalhadores), os despedimentos, o recurso as tentativas de despedimento colectivo, os salários em atraso (Simões Pereira, Foznave), a repressão, o trabalho precário e a «transformação de contratos colectivos ou a prazo em trabalho individual sem qualquer vínculo à empresa (grupo Vidor e Midoconta)». As dificuldades que se sentem no sector da agricultura, nas pescas, nas autarquias, no ensino, na saúde e entre a Juventude são também abordadas no comunicado da Distrital do Partido, que sublinha a dado passo: «O PCP não se limita a constatar os factos e a denunciá-los — estuda os problemas e apresenta soluções. A comprová-lo está a acção dos eleitos comunistas e outros democratas em vários concelhos, dos quais se destaca a apresentação pública das propostas para as «Grandes Opções do Município de Coimbra para o Biénio 1988/89» e as propostas feitas pela CDU/Figueira da Foz quanto ao funcionamento da Câmara e Assembleia Municipal e ao Plano e Orçamento apresentado pelo Executivo».

ALCABIDECHÉ



CAMPANHA DE FUNDOS Um Centro de Trabalho para o Partido

Integrada na campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho do Partido em Alcabideche (concelho de Cascais), a Comissão de Freguesia local do PCP promove no fim-de-semana de 13 e 14 de Fevereiro próximo uma excursão à Serra da Estrela. Os excursionistas vão pernoitar em Mantigas

Quatro mil assinaturas em defesa do Hospital Distrital do Montijo

A entrega de 4 mil assinaturas de protesto contra a (sua) decisão de encerrar vários serviços do Hospital Distrital do Montijo foi afinal o aspecto mais marcante da recente visita que Leonor Beleza fez à cidade e àquele estabelecimento hospitalar.

As assinaturas foram recolhidas por iniciativa do núcleo local do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), ao qual se juntaram, conforme noticiou a imprensa nacional e regional, elementos da Juventude Socialista, sindicalistas e outros democratas do concelho do Montijo.

Note-se que tem cabido ao Partido e aos eleitos da CDU na Câmara Municipal o

papel dinamizador da denúncia e repúdio das medidas governamentais, altamente lesivas dos interesses das populações da região. Aliás, em comunicado de imprensa, a Comissão Concelhia do Montijo do PCP afirmou que Leonor Beleza deixara o Montijo com a certeza de estar a diminuir a base eleitoral do seu partido e do seu Governo, «longe que vão os tempos em que a demagogia propagava por toda a parte vacas gordas». A Câmara do Montijo, como é sabido, é gerida por uma maioria PS/PSD, e o PS, a nível local, tem-se revelado, também nesta matéria, de mãos atadas devido ao acordo que retirou a maioria ao PCP e seus aliados.

Factor importante para a dinamização das acções de defesa do Hospital Distrital do Montijo foi a realização, em 5 de Dezembro passado, do I Encontro CDU Montijo, que se associou ao processo em curso.

Neste Encontro, em que participaram, entre outros, Carlos Ramilhes, da Comissão Política do CC do PCP, e Porfírio Alves, do Executivo Nacional do Partido «Os Ver-

cessidades da maioria da população do concelho, como se pode verificar com o controlo do Plano/87, que ficou aquém das expectativas».



A célula do PCP nos Estaleiros Navais tem dado significativos avanços à campanha em curso em Viana

Sorteio em Viana do Castelo

2797 é o número do primeiro prémio no sorteio realizado na quadra natalícia pela Distrital do PCP de Viana do Castelo e dá direito a um automóvel. Este sorteio, integrado na campanha de fundos para o pagamento dos encargos com o novo Centro de Trabalho do Partido na capital do Alto Minho, incluiu ainda um vídeo (2.º prémio: 2273) e um televisor (3.º prémio: 9839). Parabéns aos felizes contemplados!

Camaradas Falecidos

Magda Borges Carneiro

Activista do Partido enquanto a saúde lhe permitiu, faleceu recentemente em Coimbra a nossa camarada Magda Ferreira Borges Carneiro, de 81 anos, que fez parte dos corpos gerentes da Associação dos Reformados de Coimbra.

António Henrique Vicente

Também recentemente faleceu em Coimbra um prestigiado médico e democrata: o

professor doutor António Henrique Elias Nunes Vicente, de 67 anos. Recordase com saudade a figura do democrata e do cientista, o seu posicionamento firme e corajoso contra o regime fascista e a guerra colonial, destaca-se a personalidade do médico solidário e interveniente na Ordem dos Médicos, da qual foi presidente antes do 25 de Abril, sublinha-se o enorme prestígio científico e o inestimável contributo dado na elevação do serviço de Neurologia dos hospitais da Universidade de Coimbra a um nível superior.

Albertina Fernandes

Com 70 anos, faleceu a nossa camarada Albertina Cândido Fernandes, militante do Partido desde 1975. A camarada estava organizada na célula do Bairro 2, Alto do Seixalinho, concelho do Seixal.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta profundo pesar.

Praça da Liberdade O rio atravessou a festa

Foi em 22 de Dezembro, dois dias antes da ceia natalícia. O rio de gente desaguou na Baixa portuense e percorreu algumas das principais ruas da cidade.

Os afluentes que deram corpo ao rio vieram da delegação nortenha do Ministério da Indústria, onde trabalhadores da Facar entregaram papéis denunciando atrasos salariais e atrasos na recuperação da empresa, cujo encerramento foi impedido pela luta teimosa dos seus mil trabalhadores. Outro afluente veio do Ministério do Trabalho (agora recauchutado para «do Emprego», talvez por alergia à palavra primitiva e ao que ela significa), e trouxe gente das metalúrgicas EFI e Feruni, duas empresas com o mesmo patrão, os mesmos problemas, vítimas do mesmo crime — atrasos salariais e possibilidades de falência, apesar de reconhecidas potencialidades. Um outro afluente nasceu da reunião de delegados e activistas sindicais realizada na União dos Sindicatos do Porto, que antes de rumar até à praça fez um desvio pela Associação dos Industriais contra os «aumentos» de 5,5 por cento propostos pelos patrões para a metalúrgica. E o rio engrossou mais ainda — com trabalhadores de vários sectores, dos Têxteis e dos Químicos, das Indústrias Eléctricas e dos Cerâmicos, dos Gráficos e do Comércio, do Calçado e dos Hidratos, dos Transportes, da Construção Civil e do Vestuário.

No caminhar para a praça, e sobretudo na «baixa» e no percurso pelas ruas comerciais do centro, ganhou força a denúncia de atrocidades legais em vigor, caso do Decreto das baixas, e de outras já preparadas pelo Governo Cavaco, como aquela que permite ao patrão despedir por boca, em empresas com menos de 20 trabalhadores...

Confirmou-se uma vez mais a disposição de luta dos trabalhadores. Disposição patente nas acções que têm continuado a desenvolver, como na Jaime da Costa contra o despedimento de 85 trabalhadores, ou na Construtora do Niassa, cujos trabalhadores se concentraram no último dia do ano e, já em 1988, no dia 4 de Janeiro, à porta da sede da empresa, em plena Avenida da Boavista, exigindo o pagamento do subsídio de Natal e de salários em atraso.

Pela «baixa» portuense, um rio de muita gente. Gente sem salários, gente com futuro incerto, gente que atravessou as ruas do Porto em dias de festa, cruzando-se com embriulhos de lacinhos, balões prateados, bolos-rei com fitas coloridas, altifalantes com vozes doces e músicas festivas.

O Natal e o Ano Novo portuense têm sido assim — festas atravessadas por amarguras e dificuldades e por uma grande vontade de modificar as coisas. E as coisas modificam-se quando é preciso, quando estão mal, quando comprometem o presente e o futuro de milhares de portugueses.

■ C. R.

Consequência de uma política

Só em Évora, 7 mil desempregados e 200 mil hectares ao abandono

O número de trabalhadores desempregados no sector da agricultura do distrito de Évora eleva-se presentemente a mais de sete mil, de acordo com um rigoroso levantamento recentemente efectuado pelo respectivo sindicato agrícola.

Consequência directa de sucessivos anos de ofensiva, **230 herdades** com mais de **200 000 hectares** de terra abandonada, inculta ou subaproveitada, **100 barragens, charcos e furos** que podiam regar **dois mil hectares**, sem contar com as dezenas de olivais, montados, estábulos e montes igualmente votados ao abandono, completam o quadro actualmente existente naquele distrito numa imagem em tudo idêntica à existente antes do 25 de Abril em que dominava por inteiro o caduco latifúndio.

Para os trabalhadores agrícolas e suas organizações, os grandes e únicos responsáveis pelo actual estado de coisas tem sido aquilo a que consideram a «desastrosa política dos vários governos», incapaz de promover o desenvolvimento e o progresso da agricultura e de implementar uma acção de acordo com as características da região e com a vontade em múltiplas ocasiões reafirmada dos trabalhadores agrícolas e das populações da região.

Insistindo na destruição da Reforma Agrária — realidade extraordinária que modificou radicalmente a vida nos campos do Sul em todos os domínios do económico e social —, procurando sem olhar a meios reconstituir o antigo poder dos latifundiários, os governos de direita têm praticado com efeito uma política de terra queimada, fácil de aferir por resultados que estão à vista: destruição de dezenas de milhares de postos de trabalho, desorganização do sistema produtivo, entrega de terras aos latifundiários ou a grandes empresas capitalistas — terras que produzem e criavam riqueza — para agora na sua maior parte estarem incultas e até abandonadas.

Significativo exemplo desta postura dos agrários são os mais de dois milhões de quilos de azeitona que, de 1980 para cá, têm ficado por apanhar nas suas herdades ou ainda as dezenas de olivais e de montados de sobre que têm sido arrancados a pretexto de outras plantações que, no entanto, nunca se vieram a verificar.

Ao mesmo tempo que se insurgem contra esta situação ruíno e injusta, os sindicatos insistem na apresentação de soluções de há muito por si defendidas, uma das quais — em seu entender suficiente — seria a obrigatoriedade das terras, águas e outros bens abandonados nas mãos dos agrários e grandes empresas capitalistas serem devidamente aproveitados por estes o que, a não ser cumprido, seria penalizado com a sua entrega aos trabalhadores agrícolas, aos pequenos e médios agricultores, aos rendeiros e seareiros (sem ou com pouca terra) com o compro-

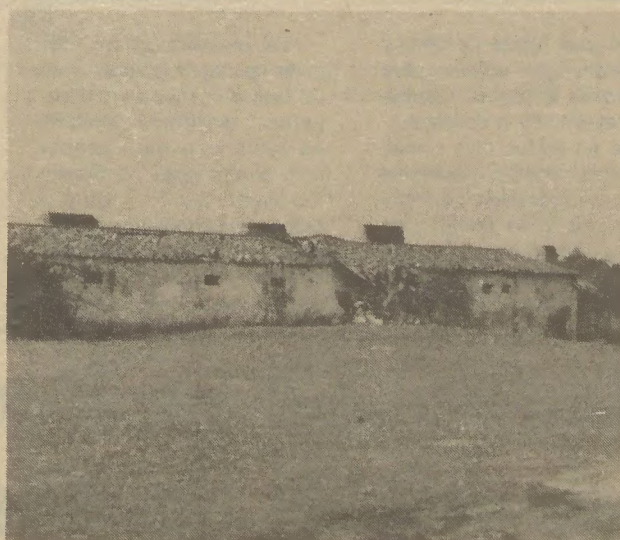
agrícolas, por forma a que se possa «planejar, investir e produzir em paz».

Considerando que sem a realização plena da Reforma Agrária não haverá desenvolvimento possível da agricultura nos campos do Alentejo e Ribatejo, os trabalhadores e suas organizações representativas reclamam pois o aproveitamento de todos os bens e recursos existentes e o apoio às UCP's/Cooperativas (formas de exploração modernas e democráticas que já demonstraram as suas potencialidades), manifestando simultaneamente a sua vontade de reforçar a luta e a organização em defesa dos seus direitos, de melhores condições de vida e de trabalho.

Distrito de Évora

Trabalhadores Agrícolas Desempregados -Outubro/87

Concelhos	Homens	Mulheres	Total
Alandroal	82	826	908
Arraiolos	51	183	234
Borba	5	412	417
Estremoz	146	992	1138
Évora	84	448	532
Montemor	75	568	643
Mora	46	468	514
Mourão	38	137	175
Portel	271	485	756
Redondo	63	286	349
Reguengos	116	487	603
V. Novas	13	167	180
V. Alentejo	48	193	241
V. Viçosa	8	445	452
TOTAL	1046	6097	7143



Tal como tem sucedido com montados de sobre, dezenas de olivais têm sido, sob os mais diversos pretextos, pura e simplesmente arrancados sem que, em troca, nada tenha sido plantado. Depois de terem sido roubadas às UCP's/Cooperativas, onde produziam riqueza, barragens, charcos, furos, montes, estábulos e terras contam-se entre os bens que os grandes agrários têm deixado completamente ao abandono. Nas fotos, de cima e da esquerda, a herdade do Pardielro e Chaminé, de António Mendonça, com 300 hectares e onde podiam trabalhar 15 homens e mulheres. Na foto de baixo a herdade Vale-Bispo de José Gabriel, com 200 hectares, que ocupariam 12 postos de trabalho

O escândalo das terras abandonadas

A denúncia insistente de casos de herdades, olivais, montados de sobre, barragens, charcos, furos e outros bens tem sido uma constante ao longo dos últimos anos. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora deu a conhecer recentemente mais uma lista onde se revelam com rigor números e nomes relativos a terras abandonadas.

Num distrito onde apenas 25 por cento dos seus 20 mil trabalhadores agrícolas têm trabalho efectivo — os restantes apenas encontram emprego em períodos sazonais ou estão no desemprego — não deixa de constituir um facto particularmente chocante os dados que a título de exemplo a seguir publicamos, dos muitos, que, como diz o Sindicato, poderiam ser enumerados:

Na **Vila de Cabrela**, existem cerca de **50** desempregados. No entanto, mesmo ao lado, estão situadas as herdades do **Caeirão** (150 hectares), da **Flamenga** (195 ha), do **Carvalho** (200 ha), da **Regina** (200 ha), da **Casa Branca** (150 ha), do **Tinau** (150 ha), ou seja, cerca de **1000 hectares de terra**, das quais algumas dezenas são de regadio, completamente incultas quando poderiam empregar **70** trabalhadores.

Na **Aldela de S. Geraldo**, existem cerca de **30** desempregados, mas perto desta estão situadas as herdades da **Comenda do Coelho** (420 ha, dos quais 20 são de regadio e 15 de olival), a herdade da **Comenda**

Grande (670 ha), a herdade **Bate Pé Novo** (300 ha, sendo 35 de regadio), isto é, no total, **1390 hectares** que dariam emprego, segundo os cálculos do Sindicato, a **80** trabalhadores.

Na **freguesia de Aguiar**, com um total aproximado de 120 desempregados, existem todavia as seguintes herdades abandonadas: **Casqueira** (494 ha), **Salvada** (216 ha), **Maceda** (388 ha), **Ovelheira** (202 ha), **Freira** (230 ha), **S. Marcos** (126 ha) **Abóbada** (158 ha), **Zambujal** (669 ha), **Mina** (252 ha), **Mascarenha** (617 ha), **Fornalha** (402 ha), o que perfaz um total de **3754 hectares** onde encontrariam trabalho **220** homens e mulheres.

Internacional

Dólar, os custos das crises

A instabilidade da economia capitalista, de que é sintoma e factor de particular relevo a acentuada quebra do dólar, surge nesta passagem de ano como um elemento de peso no quadro da realidade internacional. Ainda em Dezembro, o dólar sofreu nova queda em todos os grandes centros financeiros internacionais, tendo baixado nos últimos três anos de 37% em relação às moedas de 15 países industrializados e 52% em relação ao iene japonês.

Nenhuma das medidas entretanto tomadas susteve esta queda, apesar da afirmação, por parte do grupo dos sete (EUA, Japão, RFA, Canadá, Grã-Bretanha, França e Itália), da interdependência das economias nacionais e da necessidade de coordenação de políticas económicas e monetárias.

Estas questões foram debatidas em sucessivas cimeiras, de Tóquio, a Veneza, a Nova York e Paris (a cimeira do Louvre, em Abril de 87, onde foram firmados acordos no sentido de estabelecer uma margem de flutuação para o dólar, entretanto ultrapassada) — sem resultados palpáveis.

Em vésperas do Natal, os governos dos sete países capitalistas mais industrializados, acordaram numa declaração comum, a primeira tomada de posição oficial desde o desencadear da crise financeira em 19 de Outubro passado, em que em síntese se reconhece que a continuação do processo de queda do dólar causará problemas à economia mundial.

No documento aprovado diz-se que «uma excessiva flutuação das taxas de câmbio, uma baixa suplementar do dólar, ou uma alta do dólar a um nível tal que o processo de ajustamento seja afectado, poderão ser contraproducentes porque irão deteriorar as perspectivas de crescimento da economia mundial».

E sublinha-se ainda: «Os desenvolvimentos registados nos mercados bolsistas desde meados de Outubro podem ter efeitos desfavoráveis sobre as perspectivas de desenvolvimento económico nos países industrializados no seu conjunto».

Salários e produtividade

Diferença média anual entre os salários e os aumentos de produtividade de 1983 a 1986.

Japão	-2,4%
EUA	-0,5%
Europa (RFA, França, GB, Itália)	-1%

Evolução das taxas de rendimento (lucro/stock de capital bruto) na indústria manufacturera

	1982	1986
EUA	11,5%	19%
Japão	20%	24,5%
RFA	12%	17%
França	12%	16%

Evolução da produção industrial

	Taxa de crescimento anual em % 1986/1980	1985 %	1986 %
EUA	2,3	1,9	0,9
Japão	3,2	4,4	-0,4
RFA	1,2	5,4	0,2
França	0	1	0,5
CEE (12)	0,8	3,2	1,9

Longe estamos das teses — que entretanto continuam a ser defendidas — de que o krach nas bolsas teve pura e simplesmente um carácter salutar...

Em simultâneo com esta declaração pública, os Sete elaboraram medidas secretas destinadas a estabilizar a cotação das moedas. Em entrevista ao jornal «La Tribune de l'Expansion», o ministro francês da Economia e Finanças, Baladur, afirmou que a declaração do grupo dos sete sobre a estabilização da cotação do dólar, tem uma cláusula secreta que se refere à actividade dos bancos centrais nos mercados de divisas.

Sintomaticamente, após a publicação da declaração dos sete, a cotação do dólar teve ainda uma quebra de 4%. Os operadores financeiros parecem mais interessados na publicação, neste mês de Janeiro, dos números do défice comercial americano referentes a Novembro, que nas declarações oficiais e na repetição das medidas clássicas de apoio ao dólar, pela intervenção dos bancos centrais dos grandes países capitalistas, nomeadamente do Japão e da RFA.

Os problemas são suficientemente graves para que as críticas provenham também de diferentes sectores políticos do capital. E assim temos Raymond Barre, candidato à presidência da França e seu antigo primeiro-ministro, a expressar as suas dúvidas quanto à eficácia de quaisquer acordos dos Sete no sentido da cessação da queda do dólar, afirmando mesmo que para alcançar este objectivo é necessário pôr em ordem as economias dos países ocidentais, sobretudo dos



Crises do capital, expressão dum «lógica»... mas há os que pagam os lucros e o preço das crises

EUA (!). «Se o mundo dos negócios pouco vê de positivo e eficaz nos EUA, não pode confiar no dólar», realçou, numa típica tirada de demagogia (pré-eleitoral). E naturalmente também reflexo das contradições no seio do mundo capitalista.

A lógica da escalada financeira

Fala-se de crise, de instabilidade, de queda do dólar, de afundamento das bolsas — e tudo isto é apresentado como algo de inelutável, independente da vontade humana.

É verdade que as crises são inerentes ao capitalismo. Mas não o é menos que há, na lógica do sistema, os que ganham e os que perdem. Os que chupam lucros por todo o mundo, e as grandes massas de trabalhadores, povos inteiros dos países vítimas do neocolonialismo, que pagam os lucros e o preço das crises.

É a dimensão socio-política da crise do capital, que importa não escamotear.

Nos últimos 4 anos, o Produto Nacional Bruto (PNB) dos países membros da OCDE registou acréscimo de 15%. A produção de valor acrescentado na agricultura, indústria e esfera dos serviços aumentou portanto cerca de 3,5% em média por ano. Nesse mesmo período o volume da actividade financeira foi multiplicado por 25.

Ou seja, a actividade do sector monetário não tem medida comum com a evolução da actividade económica produtiva.

Para além do paradoxo que tudo isto representa, e das consequências económicas e financeiras, bem patentes na actual crise bolsista — esta política dá grandes lucros ao

grande capital e tem simultaneamente dramáticos custos sociais para outros.

Este um facto reconhecido mesmo por especialistas ligados ao mundo capitalista. Por exemplo, nas páginas do «Wall Street Journal», afirma-se que a escalada da Bolsa nos últimos cinco anos teve consequências bem desiguais na economia. Os grandes monopólios e alguns grandes capitalistas apropriaram-se da massa dos lucros, enquanto

milhões de pessoas perdiam o seu posto de trabalho. Nos EUA as acções e outros títulos voavam de 200%, enquanto a produção nacional, descontando a inflação, aumentava apenas de 20%.

Importa não esquecer que este desproporcionado crescimento financeiro tem vindo a ser acompanhado da escalada do desemprego, severas políticas de austeridade (para os trabalhadores, naturalmente), cortes brutais nas verbas

destinadas à assistência social, saúde, e mesmo ensino, aumentos sensíveis da área de pobreza (e estamos a falar do mundo capitalista desenvolvido).

Contradições

Os Estados Unidos são hoje o país mais endividado do mundo. A sua dívida pública ronda os 2,3 milhões de dólares. Aumenta o saldo negativo da balança comercial. Os gastos militares estão quase a atingir os 300 mil milhões de dólares (contra 160 mil milhões em 1981). Os carros japoneses invadem as ruas das cidades norte-americanas.

São factos que reflectem os problemas em que se debate a economia dos EUA.

Mas importa ter simultaneamente presentes outras realidades. Antes do mais, naturalmente, o papel desempenhado pelo dólar a nível internacional. Mas não só.

Enquanto se regista um — relativo — declínio da economia norte-americana, as multinacionais dos EUA estão presentes em quase todo o planeta. Por exemplo, a Ford é um dos primeiros construtores «europeus» de automóveis, a IBM reina um bocado por toda a parte, a concorrencial economia japonesa é em grande medida dominada pelas multinacionais norte-americanas.

Um outro facto: o essencial do défice comercial dos Estados Unidos é relativo ao Canadá, México, e países como a Coreia do Sul ou ainda Hong Kong e Taiwan — ou seja países integrados na zona do dólar.

Só na complexidade deste quadro se podem avaliar os jogos de lucro e poder entre os Estados capitalistas, entre as multinacionais. Guerras e crises cujos custos são lançados sobre os ombros dos trabalhadores.

RPD da Coreia propõe conferência de paz

«Decididamente devemos criar este ano uma situação favorável à paz e à reunificação pacífica do país» — sublinhou, na mensagem de Ano Novo, o presidente da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), Kim Il Sung, propondo que «se discutam e resolvam com urgência os problemas da suspensão das manobras Team Spirit e outras manobras militares de grande envergadura» e ainda «preparar as negociações multinacionais para a redução de armamentos, a realização simultânea, a Norte e a Sul, dos Jogos Olímpicos, cessar com a calúnia e a difamação recíproca».

Kim Il Sung sublinhou que «com a solução destes problemas bem actuais o Norte e o Sul deverão fazer deste um ano histórico que dê lugar a uma viragem no sentido da reconciliação e unidade nacional».

Com este objectivo, o presidente da RPDC propõe «celebrar uma Conferência conjunta do Norte e do Sul com a participação dos representantes de todos os partidos políticos e organizações sociais e personalidades de todos os sectores, incluindo as autoridades de ambas as partes. A convocar-se esta Conferência será possível criar uma nova conjuntura para eliminar as barreiras

que hoje separam o Norte e o Sul e acelerar a implantação da paz e a reunificação pacífica do país por que toda a nação anseia».

Com o mesmo objectivo, Kim Il Sung sublinha a necessidade de uma solução para o problema das relações com os Estados Unidos.

Denunciando a ocupação militar da Coreia do Sul pelos EUA, e a recusa de conversações trilaterais por parte deste país, o presidente da RPDC afirma a necessidade de conclusão de um acordo de paz entre os dois países, abrindo «um novo capítulo das relações coreano-norte-americanas, conformes à tendência da época para a paz».

Também Ho Dam, secretário-geral do Partido do Trabalho da Coreia, numa declaração divulgada pela rádio, convidou o governo de Seul a participar numa conferência sobre a desmilitarização da península.

Ho Dam afirmou que os problemas da desmilitarização e da realização simultânea dos Jogos Olímpicos no Norte e no Sul «não interessam apenas às autoridades de cada uma das duas partes da Coreia ou de um partido político em particular, mas afectam os interesses comuns de toda a nação coreana».

Internacional

Palestina e Sul do Líbano sob a violência israelita

Mais de duas dezenas de mortos e pelo menos trinta feridos é o balanço dos ataques israelitas no sul do Líbano no passado fim-se-semana, enquanto nos territórios árabes ocupados os sionistas voltaram a reprimir violentamente manifestações de protesto da população palestina.

Cumprindo uma greve geral contra a decisão das autoridades israelitas de expulsarem palestinianos de Gaza e da Cisjordânia para a Jordânia, os habitantes dos territórios árabes foram vítimas de cargas brutais por parte dos ocupantes, de que resultou pelo menos a morte de uma mulher de 25 anos, atingida à queima-roupa na varanda da própria casa.

O acontecimento, que segundo as agências noticiosas fez uma vez mais «subir a tensão», obrigou o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, a tentar desdramatizar a situação, afirmando à cadeia de televisão norte-americana «ABC» que se tratou de «um incidente». Segundo Peres, os soldados israelitas não usam balas reais nem são «maníacos do gatilho».

O elevado número de mortos registado desde o mês passado, quando os confrontos cresceram de intensidade, são o desmentido mais inequívoco das declarações de Peres. Até a população israelita compreende esta realidade, como o demonstram as manifestações realizadas em Teviv, exigindo a «autodeterminação para os palestinianos».

Revoltados com o verdadeiro banho de sangue com que os soldados procuram abafar a revolta nos territórios ocupados, os judeus israelitas juntaram e sua voz

aos árabes para gritar «Shamir, basta». Até quando continuará o primeiro-ministro sionista a fazer orelhas moucas?

Um testemunho impressionante

A condenação internacional da violência israelita tem vindo a generalizar-se, em particular devido às denúncias das atrocidades cometidas através da imprensa, que nem os mais condescendentes com Israel podem deixar de divulgar.

Ainda recentemente a France Press divulgou o testemunho impressionante de um cirurgião palestiniano do hospital de Shifa, em Gaza, sobre o assalto israelita ao hospital. Vale a pena reproduzir:

Cerca do meio-dia, chegaram os dois primeiros feridos ligeiros (palestinianos). Em menos de uma hora, dois mortos e uma



Prisioneiros palestinianos: o crime de lutar pelo direito à pátria que lhe foi usurpada

dezena de outros feridos de balas foram-nos trazidos. As famílias, como é costume aqui, acompanhavam as vítimas. Muito rapidamente, cerca de 500 pessoas estavam no pátio do hospital. À frente dele, cujos portões, entretanto, tinham sido fechados, começaram a manifestar-se grupos de jovens, atrando pedras e *cocktails* Molotov aos soldados — mais de 300, nunca tínhamos visto tantos até agora — que cercavam o edifício.

Cerca das duas horas, dois dos manifestantes foram feridos por balas. Os soldados espancaram os dois jovens feridos, que os

seus camaradas procuravam proteger como manobras de diversão. Como os rapazes sangravam abundantemente, deixámos que os trouxessem para o interior do pátio. Durante esse tempo helicópteros sobrevoavam o hospital.

Como nos recusássemos a entregar os manifestantes que tinham conseguido entrar durante este breve período, os guardas (...) entraram à força. (...) Davam coronhadas contra as mulheres e crianças. Espancaram mesmo os feridos de balas estendidos nas camas e os enfermeiros que tentavam interpor-se.

Perante este desastre, formámos (o corpo médico) uma delegação que procurou intervir, mas em vão. Suplicámos-lhes que se fossem embora, sempre em vão. Eles responderam com insultos. Impotentes, começámos um protesto (sentados no chão), durante o qual embarcaram uma dezena de feridos e manifestantes.

Digam também ao mundo que eles impedem cada vez mais frequentemente as nossas ambulâncias de ir buscar as vítimas. Na imprensa, afirmam que os militares israelitas recebem ordens para serem menos duros. É mentira...

Angola declara 1988 Ano I do saneamento económico

O presente ano será para o povo angolano o «Ano I do saneamento económico e financeiro», nas palavras de José Eduardo dos Santos, presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, na sua mensagem de ano novo, na passada quinta-feira. O chefe do Estado angolano alertou para as tarefas que se colocam com a implementação do Programa de Saneamento Económico (SEF), dedicando ainda parte do seu discurso à análise da situação política, militar e social em que o país vive.

Em relação ao SEF, Eduardo dos Santos sublinhou três grandes objectivos: o aumento do emprego produtivo, através do saneamento das empresas; a melhoria do poder de compra, mediante o aperfeiçoamento do sistema oficial de abastecimento e o controlo indirecto do mercado paralelo; e o incremento global do consumo, sem comprometer o esforço de acumulação, através do ajustamento racional dos preços.

Recorde-se que os projectos de lei respeitantes àqueles matérias serão discutidos na próxima sessão da Assembleia do Povo, com vista à sua aprovação.

Segundo o estadista angolano, o país é capaz de superar a crise em que se encontra «sem ingerência ex-

terna na definição e execução da sua política económica» e, embora precisando da «compreensão e cooperação dos seus credores, tanto no quadro bilateral como multilateral», como sublinhou, «não dependerá deles».

O governo angolano, disse, aprovou o seu pacote de medidas económicas e nesta base mantém e manterá o diálogo com outros governos, directamente e através dos clubes de Paris, Londres ou do Fundo Monetário Internacional. (...) Se formos capazes de impedir uma mais acentuada degradação da situação militar, se se mantiver mais ou menos estável o preço do petróleo e se obtivermos o reescalamento do pagamento da dívida externa, as perspectivas para

1988 serão melhores do que as do ano transacto, porque temos um programa económico coerente e realista para executar, estamos organizados e determinados e, além do mais, sabemos o que devemos fazer hoje e o que devemos fazer amanhã e depois para modificar a nossa difícil situação.

A agressão sul-africana

Indissociável dos problemas angolanos é a agressão sul-africana, que continua a obrigar o país a dedicar grande parte do seu orçamento às questões de defesa. Neste domínio, as perspectivas para o ano que agora começou estão longe de ser as melhores.

A África do Sul, afirmou na sua mensagem José Eduardo dos Santos, em vez de se retirar do sul de Angola está a aumentar o envolvimento das suas tropas em combates com as FAPLA. O nosso povo quer paz, mas a guerra é a dura realidade que nos é imposta. É preciso vencer essa

guerra para conquistarmos a paz e preservarmos a independência nacional.

O presidente angolano acusou ainda a África do Sul de «incrementar a concentração de forças e meios bélicos no norte da Namíbia, assegurando a retaguarda dos fantoches com uma faixa do país ocupada, de onde dirige os bandos da Unita para destruir e desestabilizar outras partes do território nacional».

Pelo que, como fez notar, ninguém sabe quanto tempo val durar o clima de guerra na África Austral e o mais racional será o povo angolano adaptar-se a essa situação procurando soluções possíveis para os seus problemas. O que não significa no entanto, como reafirmou Eduardo dos Santos, que cessem os esforços diplomáticos; o governo de Luanda está na disposição de continuar as negociações com os Estados Unidos e directamente com o governo da África do Sul se este retirar as suas forças de Angola.

Na opinião do dirigente angolano, mais tarde ou mais cedo a África Austral enveredará pela via da negociação em vez da actual con-

frontação militar, sendo de admitir que a recente cimeira soviético-americana abrirá «novas perspectivas para a regularização dos chamados conflitos regionais pela via pacífica quer com a actual administração norte-americana ou com outra».

Entretanto, a nível interno, o governo angolano prosseguirá com a sua política de clemência, na convicção de que «nem todos os que erradamente têm apontado as suas armas contra o seu povo podem ser responsabilizados pela situação de guerra».

Será necessário, afirmou o chefe de Estado, imaginar as vias e encontrar os meios para conseguir reconquistar a confiança dos soldados e dos quadros que durante muitos anos têm apontado erradamente as suas armas contra o seu povo. Savimbi e uns poucos colaboradores mais próximos são os principais responsáveis que devemos rejeitar, mas devemos estar preparados para perdoar a todos os outros que queiram juntar-se a nós para construir a paz e a felicidade de todos os angolanos.

«A proposta de lei sobre a «revisão constitucional» e as «bases gerais de um novo regime jurídico de imprensa» apresentadas pelo governo à A. N. fascista, bem como as «bases de reforma geral do ensino» anunciadas recentemente pelo ministro da Educação, integram-se na linha tática fundamental de M. Caetano e do seu governo: reforçar o Estado fascista a coberto da demagogia «liberalizante».

Como salienta a Comissão Política do CC do nosso Partido no seu documento de Janeiro, estas propostas «confirmam a continuação e o agravamento da crise do regime e das suas contradições internas e traduzem um novo recuo político do fascismo, imposto pela luta do povo português, pela luta dos povos da Guiné, Angola e Moçambique e pela pressão da opinião pública internacional».

Com elas o governo «continua a ter como principais objectivos (como também frisa a Comissão Política) semear a expectativa, enfraquecer a luta popular, atrair os sectores mais vacilantes da Oposição ao colaboracionismo, alargar as bases de apoio do regime, amortecer o vasto movimento da opinião pública internacional contra o colonialismo português e, entretanto, reforçar as estruturas fascistas do Estado e prosseguir, com novos instrumentos de acção, a exploração e a guerra colonial».

A proposta de «revisão constitucional» apresentada por um grupo de pupilas «liberalizantes» de M. Caetano serve perfeitamente estes objectivos do governo.»

(«O governo manobra (...) a coberto da demagogia liberalizante» — «Avante!», VI Série, n.º 425, 2.ª quin. Janeiro 1971)

«Cresce o movimento de apoio e solidariedade aos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa arbitrariamente destituídos dos seus cargos. Abaixo-assinados dos associados circulam no Baixo-Ribatejo, Oeste, Lisboa, zona da Venda Nova-Amadora e outros locais. Na empresa Mague mais de 100 operários reúnem-se para serem informados sobre a arbitrária posição do governo. Nesta empresa e em muitas outras como a Tudor, Utic, Sorefame, etc., os comunicados saídos da reunião inter-sindical de 15 de Novembro apareceram colados nas paredes.

1600 metalúrgicos do Porto em Assembleia Geral abordam a questão da solidariedade aos metalúrgicos de Lisboa e aprovam o envio de telegramas de protesto e solidariedade, respectivamente ao ministro das Corporações e aos dirigentes sindicais atingidos pela repressão. (...)

Denunciando as arbitrariedades do governo contra a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, o Partido Comunista Português, através da Direcção Regional de Lisboa, distribuiu cerca de 20 000 manifestos em toda a região de Lisboa, Alto e Baixo Ribatejo e Oeste.

Nesta campanha de solidariedade a que também se associaram a CDE de Lisboa, os democratas do Porto e outras localidades, as falsas razões invocadas pelo governo e a ilegalidade das suspensões são amplamente desmascaradas (...), e o decreto-lei 502/70, que permite as suspensões de direcções sindicais eleitas e representativas dos trabalhadores, foi denunciado como contrário aos termos da própria Constituição fascista.»

(«Alargar a acção nos Sindicatos Nacionais» — «Avante!», VI Série, 1.ª quin. Janeiro 1971)

O mal está na política! **Transportes em Portugal:** ***Assim o problema*** ***não é passageiro***



Transportes.

Para o bem conhecido português médio os transportes estão ligados, certamente e sobretudo, a dores de cabeça.

Se vivem em zonas urbanas, estão sujeitos, todos os dias, na dose dupla do vai e volta entre a casa e o trabalho, a apertos, a atrasos, a viagens em condições que não têm nada a ver com a comodidade mínima exigida.

Se estão em zonas rurais, têm que sujeitar as suas deslocações aos poucos autocarros e comboios que os servem, perdendo dias inteiros de trabalho preenchidos com arelias de sobra.

Na cidade ou no campo, pagam todos pela medida grande: as despesas com transportes representam hoje 2,5 vezes mais no orçamento dos portugueses que em 1976 e os aumentos dos bilhetes foram 150 por cento superiores à taxa de inflação.

O Governo (este, como os que o antecederam com idênticas políticas) preocupa-se, entretanto, com outros problemas, que não o melhoramento das condições de transporte de passageiros e mercadorias.

Inventa mil e duas formas de desprestigiar as transportadoras do sector empresarial do Estado, favorecendo descaradamente os operadores privados. Exemplo? Concedeu 2,5 vezes mais dinheiro a fundo perdido aos operadores rodoviários privados que à Rodoviária Nacional. Outro? Em 1987 cortou, só à CP, 4 milhões de contos de indemnizações compensatórias.

Bem, e arranjou também um anteprojecto de lei de bases do sistema de transportes terrestres, que deve estar prestes a ser apresentado na Assembleia da República, depois de uma discussão pública que, premeditadamente, não o chegou a ser.

Talvez já o leitor esteja a deitar as mãos à cabeça, com as complicações que já tem todos os dias e que aqui lhe estamos a recordar. Mas é melhor avançar corajosamente na leitura e falar disto tudo com o seu vizinho do banco da frente.

Assim, talvez se esclareça mais alguma coisa e, com a luta dos utentes e dos trabalhadores dos transportes, se possam evitar maiores dores de cabeça, por causa de um problema que, a continuar com este rumo, não é passageiro.



Os trabalhadores põem o dedo na ferida:

Em vez de privatizar há é que desenvolver as transportadoras do SEE

A situação das empresas públicas do sector dos transportes seria hoje muito melhor se o Governo, em vez de nomear gestores incompetentes e se preocupar com a entrega dos seus sectores mais rentáveis aos capitalistas, se empenhasse a sério na sua valorização e desenvolvimento — afirma um documento das ORTs e sindicatos do sector dos transportes distribuído durante os «dez dias de esclarecimento» sobre a verdade da situação e a importância do sector empresarial do Estado.

Não é difícil chegar à conclusão que a política de abandono da CP seguida por este Governo é a responsável pelo aumento preocupante dos índices de sinistralidade na rede ferroviária nacional, afirmavam então os representantes dos trabalhadores dos transportes, acrescentando que apesar de Portugal ter já a rede mais atrasada da Europa, o Governo pretende ainda encerrar 800 quilómetros de via e 200 estações, o que iria agravar mais a situação.

Degradar e privatizar

Referindo-se à Rodoviária Nacional, o documento denunciava o processo de degradação para a privatização: o Governo pretende, numa primeira fase, o seu desmembramento em várias empresas regionais, para depois tornar mais fácil a privatização. E, para que o público aceite a manobra sem reagir, a estratégia do Governo consiste, neste momento, em deixar agravar os problemas para que a qualidade do serviço prestado às populações se degrade ainda mais e se acentue o desequilíbrio financeiro, não fazendo os investimentos necessários.

É bem elucidoativo dessa estratégia, que afecta todas as empresas públicas do sector, o que recentemente se passou com a Carris e a redução das carreiras nocturnas em Lisboa.

Não se consegue de facto lobrigar outro objectivo na decisão de reduzir drasticamente as carreiras nocturnas, que serviam milhares de trabalhadores e de estudantes, que não seja o de fomentar o

descrédito da empresa. Por trás do corte das carreiras, lembra o documento dos trabalhadores dos transportes, estão gestores nomeados pelo Governo, que servem obviamente uma estratégia de privatização da empresa, pela qual passa o denegrir da sua imagem, custe o que custar.

Actualmente está «fortemente envelhecida» parte da frota dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP), como consequência da falta de investimentos na sua renovação, enquanto muitas viaturas ficam imobilizadas para além do tempo necessário a uma manutenção normal por falta de investimento na formação de stocks. Como consequência de tudo isto, alertam os representantes dos trabalhadores dos transportes, já se começam a ver operadores privados a trabalhar em áreas concessionadas aos STCP.

O presidente da administração da TAP disse não há muito tempo que a privatização da transportadora aérea seria possível «quando a situação financeira for saudável». Mais claro não se pode ser. Mas pode-se ser mais preciso.

Os principais problemas da TAP — recorda-se no documento que temos vindo a citar — resultam do facto desta empresa pública ser hoje também um dos alvos preferenciais dos grupos privados. O Governo preocupa-se com a privatização e as formas de retirar à TAP o exclusivo do transporte aéreo regular, quando devia era prepará-la para competir com as suas congéneres, dotá-la de capitais próprios que a libertassem dos encargos com empréstimos de capitais alheios. Fora os encargos financeiros, a situação económica da empresa é equilibrada, em termos de operação real.

O documento divulgado pelas ORTs e pelas organizações sindicais do sector público dos transportes refere ainda os indícios de corrupção da gestão e as complexas teias que têm sido mencionadas na comunicação social em relação ao Metropolitano de Lisboa, as quais vão desde a admissão de pessoas sem critérios, ao esbanjamento de milhares de contos em negociatas de terrenos e nas obras de ampliação das linhas, «em nítido favorecimento de interesses particulares».

Ainda em Lisboa, fala-se da Transtejo: resultado da fusão de um conjunto de pequenas empresas tecnicamente falidas, teve uma grande recuperação devido, essencialmente, ao esforço dos que nela trabalham. O serviço hoje prestado ao público é muito melhor — afirma o comunicado — mas a verdade é que se poderia ter feito ainda mais e melhor se a tal não se opusessem os gestores colocados pelo Governo à frente da empresa.

Um outro aspecto dos transportes tem a ver com a marinha mercante, vítima de sucessivos ataques da parte dos governos ao longo dos últimos doze anos. A nossa marinha mercante é hoje praticamente inexistente — denunciam os representantes dos trabalhadores dos transportes — porque os sucessivos governos, na sua obstinada ofensiva contra as empresas públicas, se entregaram a uma política de terra queimada, destruindo tudo o que existia e entregando o controlo dos transportes marítimos a empresas estrangeiras.

Tarifas demasiado caras

Como se pode justificar o facto de os aumentos de preços nos transportes nestes anos ter atingido um valor 150 por cento superior ao índice da inflação, tratando-se de um serviço com carácter eminentemente social? Hoje — lembra-se no comunicado — os gastos com transportes pesam 2,5 vezes mais no orçamento das famílias portuguesas do que em 1976 (sem contar ainda os aumentos que entraram em vigor este mês).

É opinião das organizações dos trabalhadores dos transportes que a fixação de tarifas elevadas para os bilhetes e passes sociais é mais um dos aspectos da ofensi-

va contra as empresas públicas com vista à sua privatização, para benefício de mela dúzia de grupos financeiros à custa dos utentes e dos trabalhadores das transportadoras do sector empresarial do Estado.

Por tudo isto, denunciam os trabalhadores dos transportes a falsidade da propaganda do Governo e dos privatizadores e chamam a atenção dos utentes dos transportes públicos para a necessidade de exigirem uma melhor prestação de serviços; de reclamarem do Governo e dos gestores que ele coloca à frente das empresas mais qualidade nos transportes que oferecem, mais segurança, mais comodidade e melhor resposta às legítimas aspirações das populações. ■

(...)

«Uma primeira análise do documento revela que, pelos princípios que visa consagrar e pelos fins que expressa ou veladamente pretende atingir, não só não dá resposta às necessidades que se fazem sentir nesta área, como, a ser transformado em lei, viria subverter o sistema vigente e agravar os problemas sociais e económicos do país em matéria de transportes.

Visa-se, no fundo:

- o desmantelamento e posterior liquidação da Rodoviária Nacional, e não a sua consolidação e desenvolvimento;
- a privatização de outras empresas públicas do sector;
- a entrega ao sector privado de um serviço público fundamental, com atribuição de compensações económicas que hoje se regateiam ou recusam às empresas públicas;
- a extinção de certos serviços não rentáveis mas absolutamente indispensáveis às populações;
- a progressiva sujeição do serviço público de transportes às regras do mercado, fazendo recair sobre a população e os trabalhadores do sector os encargos que ao Estado compete suportar (...).

(Do parecer da FESTRU sobre o anteprojecto de lei de bases dos transportes)

«Os delegados ao 2.º Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, reunidos em Lisboa nos dias 23 e 24 de Outubro de 1987, considerando que:

1 — O Governo acaba de divulgar um anteprojecto de lei de bases do sistema de transportes terrestres que configura evidentes contornos de instrumento ao serviço da velha política de abandono do caminho-de-ferro em benefício dos operadores rodoviários privados e dos interesses dos monopólios da CEE;

2 — Um terço do espaço dedicado ao caminho-de-ferro no referido projecto diz respeito ao encerramento de linhas, ramais e estações, enquanto nem uma palavra é dita acerca da modernização da rede, e que;

3 — A Federação emitiu parecer desfavorável a tal anteprojecto por o considerar claramente contrário aos interesses do país, das populações e dos trabalhadores da CP, decidem:

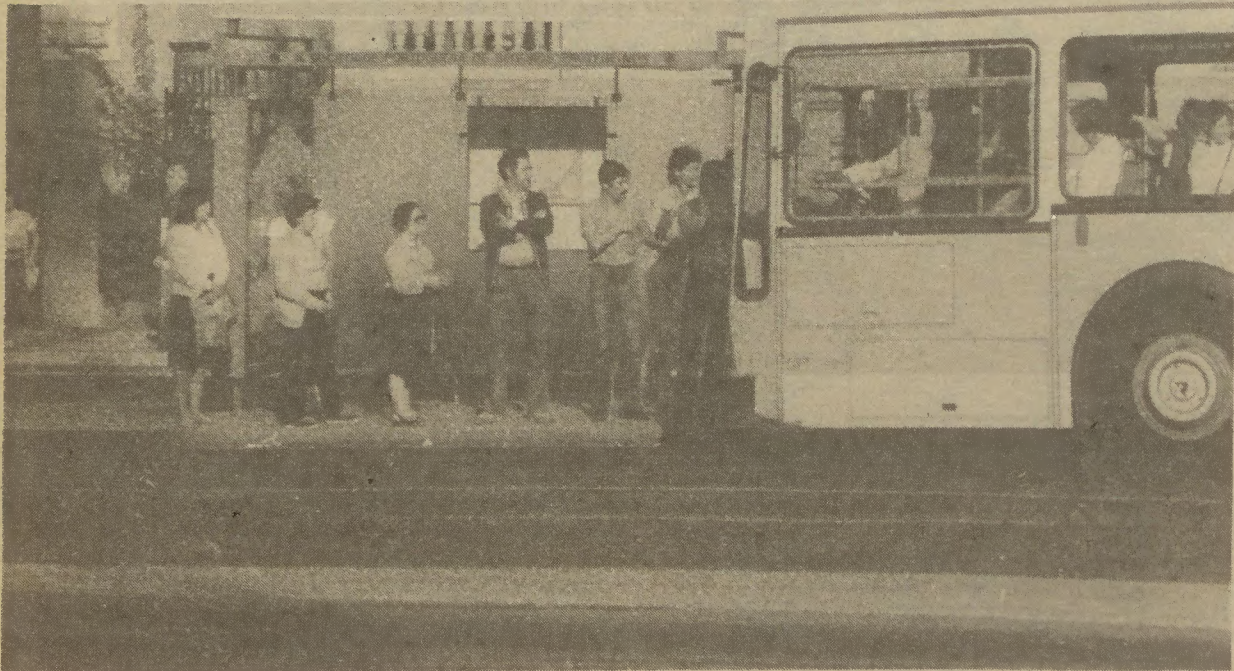
a) Manifestar pleno e total apoio ao parecer emitido pela Federação;

b) Reiterar a exigência ao Governo da elaboração de um plano nacional de transportes, no qual o caminho-de-ferro ocupe a posição a que tem juízo como meio de transporte mais económico e que menos colide com a harmonia ambiental ecológica;

c) Apelar ao reforço da unidade e mobilização de todos os trabalhadores ferroviários em torno da Federação a fim de darem continuidade à luta contra esta nova ameaça do Governo, que atenta contra os interesses da CP, dos utentes e dos trabalhadores ferroviários».

(Moção aprovada no 2.º Congresso dos Ferroviários). ■

Em Lisboa 80 por cento dos custos de exploração das carreiras da Carris são suportados directamente pelos utentes; em Barcelona esse índice é de 45 por cento, em Paris — 40, nos Países Baixos — 20 a 25, em Itália — 17 a 20 por cento. «Os aumentos dos custos de exploração — afirma a União dos Sindicatos de Lisboa numa nota divulgada após um encontro com a administração da Carris em que foram discutidas as alterações que os responsáveis desta empresa pública efectuaram nos horários nocturnos e que, segundo estudos da própria Carris, afectaram mais de metade dos utentes nocturnos — não deverão ser suportados pelos trabalhadores, quer indirectamente através da tentativa de imposição de tectos salariais, quer directamente com o aumento constante dos preços dos transportes»



Anteprojecto de lei de bases dos transportes: Mais uma peça

na estratégia do PSD

Discretamente, foi divulgado pelo Governo um anteprojecto de lei de bases do sistema de transportes terrestres, elaborado na sequência de um despacho de Outubro de 1986 da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, invocando a manifesta desactualização da lei em vigor (datada de 1945), a adesão à CEE e a necessidade de rever «os conceitos de coordenação ainda prevalentes, no sentido de os adaptar a uma economia de mercado».

No fim de Janeiro passado era entregue uma primeira versão da proposta, em Março o gabinete do ministro tinha pronta a segunda versão e em Abril dava luz verde para a discussão.

Este projecto de lei é mais uma peça na estratégia definida para o sector dos transportes desde 1980, quando o PSD entrou para o Governo e para os conselhos de gestão das empresas do sector. Esta é a ideia principal que ressalta do depoimento que pedimos ao camaradas **Rego Mendes** (vereador da Câmara Municipal de Lisboa) e **Miguel Alexandre**, consultor técnico da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, com quem conversámos acerca da discussão que deveria ter havido e das implicações que teria a aplicação deste projecto de lei, extremamente gravosas para os utentes dos transportes, para os trabalhadores das empresas transportadoras e para as autarquias locais.

Miguel Alexandre: É necessário sublinhar que isto não é uma lei, ainda é apenas um anteprojecto de lei. É que neste momento já há alterações em marcha tendo por pretexto o conteúdo deste documento, que ainda não passa de um projecto.

Por exemplo, algumas empresas privadas de transportes rodoviários, juntamente com o Centro de Exploração da RN de Coimbra, entregaram na Câmara uma proposta de reestruturação do sistema de transportes no concelho, tendo em conta já o enunciado do anteprojecto de lei.

Por outro lado, não se fez o debate sobre uma política nacional de transportes que a preparação de um diploma deste tipo exige. Depois, não tem sentido fazer um anteprojecto de lei de bases de transportes terrestres regulamentando só os transportes terrestres interiores, mas os transportes interiores no seu conjunto; que em 1945 se falasse só de transportes rodoviários e ferroviários fazia sentido, mas hoje não.

Além disso, **o próprio projecto de lei de bases não está elaborado de forma a permitir uma discussão sobre a situação dos transportes e as razões das soluções propostas, que são apresentadas sem qualquer fundamentação.** A intenção de não permitir essa discussão franca e aberta manifesta-se também no facto de ter sido muito limitada a divulgação do anteprojecto de lei e a solicitação de pareceres: não foi solicitado parecer, por exemplo, às comissões de trabalhadores das grandes empresas, que vão ser afectadas no caso da aprovação do diploma na AR, tal como às autarquias também não foi pedida opinião.

Define encargos não dá verbas tira competências

Este projecto de lei é mais uma peça na estratégia definida para o sector dos transportes desde 1980, quando o PSD entrou para o Governo e para os conselhos de gestão das empresas do sector. **No que respeita à RN este documento prepara terreno e articula-se com outros objectivos do Governo para o desmantelamento da empresa; no que respeita à ferrovia, procura criar condições e arranjar soluções institucionais para o encerramento de linhas e ramais. A lei de bases procura enquadrar**

toda uma série de medidas que vêm tentando implementar desde 1980, pelo menos.

Rego Mendes: As autarquias têm muito que ver com este anteprojecto mas não estão a participar na chamada discussão em curso.

As consequências para as autarquias que implicaria a aplicação deste diploma são, fundamentalmente, de três tipos: **reduzindo a oferta de transportes públicos à população, lançam o odioso sobre as autarquias; concentração de poderes na administração central, interferindo em áreas da administração local; descarrega nas autarquias um enorme volume de encargos.**

As autarquias ficarão assim perante quatro hipóteses: ou aumentam os preços para manterem o nível de serviços; ou lançam derramas, taxas, para arranjar verbas e garantir o nível de serviços sem aumentar os preços; ou, para não fazerem uma coisa nem outra, dispõem verbas que deviam ser aplicadas para outros fins; ou então reduzem o nível de oferta. Qualquer das soluções não é má, é péssima.

Com isto pretende-se aliviar o Orçamento do Estado fazendo uma transferência de responsabilidades para as autarquias sem a acompanhar de uma transferência de meios para responder aos novos encargos.

Em relação aos caminhos-de-fer-

ro aparece a **desclassificação**, uma forma eufemística de classificar os encerramentos, lançando o ódio para as autarquias. Deixam a hipótese que as autarquias se possam associar, formar empresas, para manter em funcionamento esses serviços. A autarquia ficaria assim numa situação em que, ou

desclassificadas. Numa lei ainda de 1985 essa desclassificação apontava para **12 mil quilómetros de estradas, cuja vigilância e conservação passará assim para a responsabilidade das autarquias locais sem a respectiva definição dos novos meios a atribuir** — sobre estes não há uma palavra no ante-



Miguel Alexandre (à esquerda) e Rego Mendes, quando faziam o seu depoimento para o «Avante!»

maninha ela a funcionar a via com os seus próprios meios, que não seriam para o efeito aumentados, ou então havia mesmo o encerramento e o Governo apareceria a dizer que isso sucedia não por sua responsabilidade...

Na parte das estradas, atribui aos municípios a responsabilidade da construção, conservação e vigilância das redes municipais — e isto não representaria qualquer alteração ao regime actual. Não representaria alterações na letra. Porque de facto as Grandes Opções do Plano para 1988 já referem, ao nível dos transportes, que nesse ano serão definidos os critérios da transferência do Poder Central para o poder local das estradas nacionais

projecto, deixando todas as decisões a cargo do Governo.

No anteprojecto de lei de bases dos transportes as **regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto** têm um tratamento especial. Em cada região seria criada uma Comissão Metropolitana de Transportes para elaborar e actualizar o plano de transportes, realizar investimentos e outorgar concessões de transportes regulares. O órgão autárquico só teria assento no Conselho Geral, ao lado de representantes das empresas transportadoras e do poder central, enquanto os membros do Conselho Executivo seriam nomeados pelo Governo.

M.A.: Em vez de serem órgãos de descentralização do poder, acabariam por ser órgãos desconcentrados do poder central. **Toda a decisão ficaria nas mãos da administração central e as autarquias seriam marginalizadas numa área que é da sua competência e em que as infra-estruturas de transportes têm muita importância — o ordenamento do território.**

R.M.: Uma situação destas facilitaria opções como aquela que hoje existe com a auto-estrada da Costa do Estoril: as autarquias envolvidas (Lisboa, Cascais, Oeiras, Amadora, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira) colocam a necessidade de dar prioridade, na rede de acessos a Lisboa, à construção das circulares regionais, a interna (CRIL) e a externa (CREL). Mas, para o poder central, a prioridade é a construção da auto-estrada.

Os municípios têm discutido e têm tomado posições contrárias à posição do Governo. Com o órgão que o anteprojecto pretende implantar, o poder central dominaria e os municípios, porque já estariam representados no tal Conselho Geral da Comissão Metropolitana de Transportes, veriam dificultados o entendimento e a actuação face a

acções que vão contra os interesses das populações da sua área geográfica.

«Quem quer transportes que os pague!»

M.A.: No projecto reduz-se o conceito de serviço público dos transportes, limitando-o a alguns serviços urbanos e ferroviários, ou aqueles serviços considerados indispensáveis em termos regionais que não tivessem condições para dar lucro aos operadores privados.

Um princípio que consta deste projecto de lei de bases é a «igualdade de tratamento das empresas do sector público e do sector privado», princípio que já constava do programa do anterior Governo e deste também. Bom, mas o facto é que, tendo a RN e os operadores privados uma área concessionada relativamente semelhante, **o Governo deu a fundo perdido 2,5 vezes mais dinheiro aos privados que à Rodoviária.**

Outra grave consequência do encerramento de linhas e ramais será o **agravamento do desemprego.** No anteprojecto afirma-se que caberia às empresas propor as «desclassificações», tendo em conta critérios de gestão e deixando de parte os aspectos sociais e **podendo** (ou não) manter no quadro da empresa o pessoal ocupado nas linhas, troços ou ramais «desclassificados». ■



No anteprojecto do Governo escreve-se que um dos objectivos do documento é assegurar «aos utentes em paridade de condições igualdade de tratamento no acesso e fruição de serviços de transportes». Se não fosse consagrado, comentaram Rego Mendes e Miguel Alexandre, «este princípio não faria falta nenhuma, pois duas pessoas nas mesmas condições têm sempre possibilidades iguais. O que é necessário é criar as condições de paridade, ou seja, quebrar as situações de isolamento das populações, garantir condições económicas e transportes para que existam boas condições de movimentação»

■ Henrique Custódio

Ruas de Lisboa É o fim da picada!

O buraco tomou conta da cidade. Lisboa, a das sete colinas, helvetiza-se a olhos vistos e já parece um queijo suíço. Há taxistas que se queixam de perder clientes porque não os vêem, entretidos que vão a fugir dos buracos. Estes, entretanto, medram à chuva como se fossem cogumelos de cabeça para baixo. E há-os do tamanho de alguidares, capazes de engolir a jante de um camião TIR, embora a maioria se ajeite mais ao diâmetro automóvel, torcendo-lhes com precisão os pneus, as rodas, os veios, as barras, as miudezas locomoventes. E o buraco alastra, alastra. Alastra e democratiza-se: tanto medra na Avenida da Liberdade, que toda a gente conhece, como na Praça do Fato Justo, da intimidade apenas de quem vive ou vai ao Casal Ventoso; ora rebenta a suspensão dum «Mercedes», ora parte as molas de um triciclo a motor; nele, todos têm direito a torcer qualquer coisa — uma roda ou um pé, um par de cada, tanto faz.

Se os leitores não são de Lisboa e por isso pensam que estamos a exagerar, acertaram: a capital não tem tantos buracos assim — tem-nos também assados, fritos, cozidos e, na maioria dos casos, simplesmente cruz. Ou Krus, se fazem questão no rigor ortográfico-onomástico. E se desconfiam que já estamos a meter política nisto, acertaram outra vez: a política está em tudo e particularmente nos buracos — sejam eles orçamentais ou pavimentosos.

Os buracos de Lisboa em que, hoje, deliberadamente nos metemos, são do último tipo e podem ver-se na quase generalidade das ruas, avenidas e passeios alfacinhas, como qualquer cidadão o pode constatar se, entretanto, não se enfiou por um adentro. É um buraco tão grande e tão político que Krus Abecasis, o presidente da Câmara, se viu compelido um dia destes a visitá-lo e a reconhecer-lhe a multiplicadíssima existência, alardeando um espanto tão grande e tão súbito que confirmou, em definitivo, a tese dos que o acusam de andar há uma data de anos a gerir a cidade no ar.

Importa especificar que esta surpreendente descida aos pavimentos do presidente Abecasis teve, como detonador, a intervenção na Câmara dos vereadores apoiantes da CDU na CML, protestando contra o caos que a incúria e a incompetência do executivo camarário fizeram alastrar pelas ruas da cidade e avançando uma proposta para que se tomassem medidas urgentes que façam recuar «as picadas de Lisboa», como adjectivaram os rendilhados de burocracia que proliferam pelas ruas da cidade.

Mas o espanto dos espantos é que o Plano de Actividades da Câmara para 1987 garantia para Vias de Comunicação — Rede Viária mais de 1,7 milhões de contos e o executivo, nos primeiros nove meses do ano, aplicou menos de 10% dessa verba...

Realmente isto é mesmo o fim da picada!

Mais ou menos, de buraco em buraco, conseguimos chegar inólumes à Câmara Municipal de Lisboa para uma breve conversa com os vereadores comunistas que denunciaram este escândalo da gestão Abecasis. Fomos recebidos por Rego Mendes, a quem começamos por sublinhar a curiosidade do próprio edifício dos Paços do Concelho estar rodeado de buracos: vimos-os (e sentimo-los) na Praça do Comércio, nos acessos ao Cais do Sodré, na Avenida Infante D. Henrique (que vai dar a Santa Apolónia), nas ruas da baixa pombalina. O vereador riuse e levantou as mãos:

Não olhes para nós, que não temos nada a ver com isso! Ou melhor: temos, mas só no que respeita à denúncia da situação e à apresentação de propostas

de solução sempre rejeitadas pelo executivo!

E explicou que as responsabilidades da Câmara Municipal de Lisboa não são homogêneas, longe disso. A gestão da totalidade dos pelouros está distribuída pelo presidente e vereadores do PSD, do CDS e do PS — 10, no total — com a marginalização dos restantes, entre os quais os eleitos pelo PCP, isto apesar da ex-APU ter obtido quase 30% dos votos. Quanto à responsabilidade directa pela (não) conservação e arranjo dos pavimentos, passeios e ruas da cidade, Rego Mendes esclareceu:

O PSD e o CDS estão à frente dos destinos da Câmara desde 1980, primeiro com a maioria absoluta AD e a partir de 1983 com o apoio do PS, que recebeu pe-

louros. No caso concreto dos pavimentos, o pelouro das Obras da Via Pública esteve entregue ao PS de 1983 a 1986 e daí para cá é da responsabilidade de um vereador do PSD. Portanto, é mais uma vez sobre o PSD, o CDS e o PS que recai a responsabilidade total desta situação, que já nos faz deparar a cada passo com autênticos trechos de paisagem lunar.

Sem máquinas

Uma das originalidades da Câmara Municipal de Lisboa é não possuir um parque de máquinas próprio. Enquanto cada vez mais

municípios seguem o exemplo das autarquias comunistas, apetrechando-se técnica e materialmente para responder com mais eficácia e economia às exigências da gestão autárquica, tomando em mãos grande parte dos trabalhos e obras das suas áreas, Lisboa, o maior município do País, adjudica tudo a empreiteiros e empresas privadas, consumindo tempo e recursos financeiros, ficando dependente de terceiros e, o que é pior, deixando degradar a cidade muito para além do tolerável. Colocámos essa questão a Rego Mendes, que de novo se ri:

A criação de um parque de máquinas na Câmara de Lisboa é uma proposta nossa já com barbas — com tantas barbas como as da recusa sistemática do executivo em concretizá-la! A

intenção de impedir ao máximo a nossa intervenção na gestão da cidade leva a que, de forma sistemática, as nossas propostas sejam rejeitadas nas votações da Câmara. Então quando se trata do Plano de Actividades, por ser um instrumento fundamental na vida da cidade, as nossas hipóteses são nulas. Em 1986 aconteceu, até, terem sido votadas em bloco as nossas mais de 20 propostas de alteração, num processo de execução sumária!

— É só democracia...
— É só democracia! Contudo houve em todo este processo uma excepção: foi aprovada uma proposta que vínhamos apresentando para que a Câmara adquirisse um parque de má-

quinas que lhe permitisse a execução de pequenas obras. Foi aprovada então com verba definida, mas com o compromisso de que lhe seriam atribuídos 100 000 contos na primeira revisão orçamental. Para começar não era mau e tínhamos a hipótese de dotar a Câmara com meios que lhe permitiriam intervir directamente e de uma forma expedita na reparação dos pavimentos.

— Só que...
— Só que na primeira revisão orçamental a decisão anterior foi pura e simplesmente ignorada, apesar de ter sido tomada por unanimidade. Também, por estas razões, não aceitamos ser responsabilizados pelo estado em que se encontram os pavimentos da cidade.

Nem as verbas utilizam!

É evidente que o nível de degradação a que se chegou só pode significar incúria e incompetência. Rego Mendes acha isso e ainda mais:

O estado caótico a que chegou a rede viária da capital é, em si mesmo, o espelho da gestão que Abecasis, com o apoio dos partidos da direita e a conivência do PS, tem imposto ao longo dos anos. Todavia, a rapidez com que muitos pavimentos — muitas vezes recém-consertados — se estão a degradar com as chuvas, denunciam outra coisa: a péssima qualidade dos serviços prestados por muitas empresas privadas a que a Câmara adjudica as obras.

O que levanta de novo a questão do parque de máquinas da Câmara e a urgência da sua criação. Entretanto, mesmo com a ruínoza gestão que a cidade tem sofrido ao longo de quase uma década, não é credível que a edilidade alfacinha não dispusesse de alguns meios financeiros que, utilizados a tempo, atuariam pelo menos esta vertiginosa «descida para o buraco». O vere-

dor comunista esclareceu a questão, começando por fazer uma apre-
ciação global:

Em boa verdade, o estado caótico em que se encontram os pavimentos das ruas da cidade obriga, para a sua recuperação, a grandes investimentos, que não são passíveis de realizar a curto prazo. A degradação atingiu tal nível que, mesmo com um elevado esforço financeiro e um grande empenhamento em resolver os problemas, serão necessários uns quantos anos para recuperar o atraso. Porém, o que se verifica é que a maior parte dos meios disponíveis não são aplicados. E dou-te um exemplo flagrante: o Plano de Actividades da Câmara para 1987 garantia para Vias de Comunicação — Rede Viária mais de 1,7 milhões de contos. No entanto nos primeiros nove me-

ses do ano foram gastos menos de 170 000 contos, ou seja, não atingiram os 10%. A situação é ainda mais grave quando, se a execução tivesse avançado a um ritmo acelerado, a verba inicial poderia ser reforçada com mais de 250 000 contos.

E a rematar, Rego Mendes disse: Quando afirmamos que é necessária uma nova política para Lisboa, não se trata de uma frase feita, mas de uma realidade objectiva. Sem uma nova gestão, orientada para uma política que tenha por fim a resolução dos problemas da cidade e da população que nela vive e trabalha, não chegaremos ao fim das «picadas». Para as quais, de resto, os vereadores do PCP apresentaram já em reunião de Câmara uma proposta para as atacar (e que reproduzimos aqui ao lado). ■



Legendar para quê? São ruas e passeios de Lisboa, neste começo de ano de prosperidade europeia, de figurino à CEE, de progresso à Cavaco Silva, de gestão da direita na Câmara Municipal alfacinha



**Conferência
de comunistas
na RFA**

Indústrias

Situação e perspectivas

A supressão de 30 milhões de toneladas de capacidade de produção e de 70 a 90 mil postos de trabalho — tal é em síntese o plano da CEE para a indústria siderúrgica. Plano que se pretende igualmente aplicar a Portugal, muito embora o nosso país registe um

défi ce claro na produção siderúrgica.

Esta a razão de ser e o centro dos debates no encontro que reuniu em Wuppertal, na RFA, a 7 e 8 de Novembro passado, **partidos comunistas da Europa capitalista**. Por iniciativa do Partido Comunista Alemão, participaram nesta Conferência sobre a situação e perspectivas das indústrias do aço nos países da CEE, os partidos comunistas de dez países da Comunidade Europeia e ainda um representante do Partido Comunista da Áustria e um representante do PC da Turquia.

Um grave problema que está longe de ser um caso isolado e esporádico. Pelo contrário — e como foi sublinhado também na Conferência — hoje é o aço e o carvão, amanhã será a indústria automóvel e outras.

Problemas levantados

Na base dos trabalhos da Conferência estiveram os planos da CECA (comissão da CEE para o carvão e o aço) e da Eurofer (união de 15 consórcios siderúrgicos que acerta os acordos de encerramento de instalações produtivas e despedimentos, no quadro dos planos da CEE) de destruição de capacidades das indústrias do ferro e do aço. E os seus elevadíssimos custos sociais.

Com realce particular para o desemprego maciço, empobrecimento, por vezes em proporções dramáticas, nas áreas de produção de aço. Em síntese, o carácter **anti-social** e **antinacional** destas medidas.

No debate, algumas questões foram levantadas com particular realce:

- O plano da CEE para a indústria siderúrgica, com redução de capacidades, despedimentos e simbólicas ajudas sociais (os valores propostos são irrisórios e a sua aplicação dura apenas 24 meses, findos os quais os trabalhadores ficam entregues a si próprios) — tem **consequências negativas graves para todos os países** representados na Conferência.

- Foi unânime a oposição às medidas decididas pela CEE, devido às **consequências económico-sociais para os trabalhadores** e para os seus países. E por não solucionarem os problemas da crise siderúrgica europeia.

- Um caso concreto (a que voltaremos) — na RFA, a cidade de **Hattingen**, depende inteiramente de uma empresa siderúrgica em vias de encerramento. Os camaradas do DKP reclamam uma moratória de 4 anos para as empresas afectadas pelas medidas da CEE, sem redução de capacidades nem despedimentos, até se criarem novas indústrias consumidoras de aço.

- No quadro económico actual, todos os países têm **excedentes** de produção de aço, à excepção de Portugal e da Grécia.

- As medidas da CEE **favorecem as privatizações, a concentração de empresas e a penetração de capital estrangeiro**. Os grandes **beneficiários** são os grandes consórcios produtores que, assim, reduzem simultaneamente a concorrência e os encargos salariais e sociais.

- Os problemas siderúrgicos são

capitalismo, da sua procura de «soluções» à custa dos trabalhadores, passando mesmo pela devastação de regiões completas. As **sobrecapacidades** resultam da política de investimentos (ou a sua ausência...) do capital, da lógica da procura exclusiva do lucro, da maior produtividade, alheia aos objectivos sociais da produção.

As propostas avançadas

Recusar a eliminação de capacidades e de postos de trabalho na indústria siderúrgica — foi a posição unanimemente assumida pelos partidos comunistas representados na Conferência.

A partir desta posição de base, várias propostas são avançadas, na

perspectiva da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores.

- Em relação ao plano de reestruturação da CEE, exigir uma **moratória de 4 anos** para se proceder a uma verdadeira reestruturação, que crie **novas indústrias** relacionadas com a fabricação do aço. Neste período não haveria despedimentos, apenas transferências para novos empregos.

- **Troca de experiências** de lutas e solidariedade.

- Caminhar para a criação de **estruturas internacionais**, e no caso concretamente de uma estrutura a nível europeu, que dinamize acções de luta comuns e de cooperação. Por exemplo, manifestações de representantes de trabalhadores junto à CEE, acções sindicais conjuntas, cordões humanos.

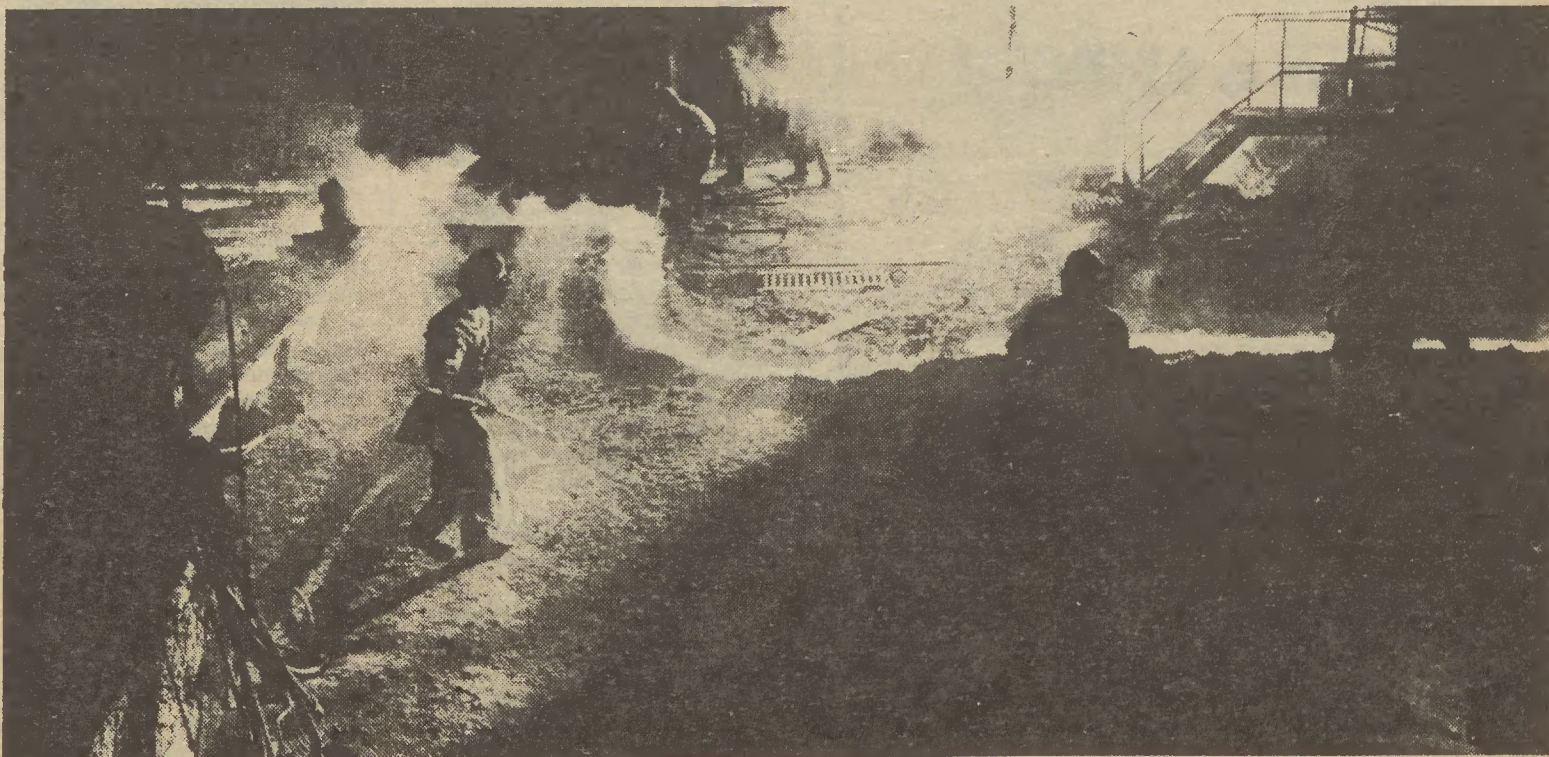
- Ganhar a opinião pública europeia para as posições dos trabalhadores em luta. Sublinha-se o papel da opinião pública para contrariar eficazmente os planos de destruição económica e social.

- Implementação da cláusula do Tratado de Roma que garante as indústrias existentes.

- O Grupo Comunista deverá apresentar, no Parlamento Europeu, uma proposta de resolução comum, para debate da crise siderúrgica no seio da comunidade.

- Exigência da semana de 35 horas.

No balanço de dois dias de trabalhos no Centro Cultural Marx-Engels, em Wuppertal, sublinhou-se o carácter frutuoso do debate. E a necessidade e utilidade de prosseguir, aprofundando-o. ■



Siderurgia: no quadro da CEE a política é de destruição das capacidades

PCP em defesa dos interesses nacionais

O Partido Comunista Português esteve representado na Conferência sobre a situação e perspectivas das indústrias do aço nos países da CEE, pelo camarada **Brito Apolónia**. É de uma conversa sua na redacção do «Avante!» que resulta a informação inserida nestas páginas sobre os debates realizados em Wuppertal.

Aqui transcrevemos também partes da intervenção de Brito Apolónia na Conferência, onde naturalmente a tónica é colocada sobre a realidade portuguesa, que «não é comparável à que ocorre nos países mais desenvolvidos da CEE», pois «Portugal é importador líquido de aço e mantém considerável atraso no consumo *per capita* em relação à média da CEE».

Concretamente, «a siderurgia portuguesa, com uma produção de 600 mil toneladas, **abastece o país, apenas, em cerca de metade do aço consumido**. Isto apesar de haver recursos nacionais em minério de ferro estimados em mais de 600 milhões de toneladas. Tais recursos são suficientes para que a nossa empresa siderúrgica pudesse produzir durante mais de 100 anos».

Assim, «em Portugal existem **condições objectivas** para que a

indústria siderúrgica se expanda e se modernize. Porém, a adesão (e a pré-adesão) de Portugal à CEE tem imposto **graves restrições** ao desenvolvimento independente da siderurgia portuguesa.

«O Plano Siderúrgico Nacional, um grande projecto de desenvolvimento e de expansão siderúrgica, integrado numa política de desenvolvimento regional com o aproveitamento dos nossos recursos em minério de ferro, foi **bloqueado**,

congelado, e sucessivamente reduzido (...) A última versão dos planos de remodelação da siderurgia portuguesa é um programa de reestruturação negociado com a CEE que se limita à substituição de algum equipamento, ao encerramento de instalações produtivas e à eliminação de cerca de 2000 postos de trabalho».

O carácter antinacional da política promovida pelo Governo é aqui particularmente claro.

«Recentemente o Governo português assinou uma **convenção bilateral com a CEE** que confirma a reestruturação da Siderurgia Nacional imposta pela Comissão das Comunidades e procura atenuar (com valores ridículos) os efeitos sociais originados pelo **despedimento previsto de 2000 trabalhadores**.

«Com esta reestruturação tolerada pela CEE **pretende-se eliminar uma parcela importante de postos de trabalho existentes, quando o que o País precisa é da criação de empregos. Mantém-se ina-**

proveltados os nossos recursos minerais e não é de excluir que se estejam a criar condições para a reprivatização pelo menos parcial da empresa pública siderúrgica».

A arripio desta lógica — a lógica do capital — os trabalhadores siderúrgicos e o PCP «**apresentam propostas** que defendem a empresa pública siderúrgica, a economia nacional e, consequentemente, os interesses do País. Nomeadamente:

«— a renegociação do Acordo de Adesão à CEE, relativamente ao sector siderúrgico (protocolo 20);

«— a aplicação de cláusulas de salvaguarda que impeçam a entrada de produtos siderúrgicos que causem distorções no mercado nacional;

«— o saneamento económico e financeiro da Siderurgia Nacional, EP;

«— a viabilização da indústria siderúrgica portuguesa, na perspectiva da concretização do Plano Siderúrgico Nacional.» ■

do aço na CEE



Os problemas do desemprego, preocupação central também para os metalúrgicos franceses

RFA, o exemplo de Hattingen

Em 1974, havia ainda 343 995 postos de trabalho na indústria siderúrgica. Em 1987 restavam 202 000. Esta uma informação do IG-Metal, o sindicato dos trabalhadores siderúrgicos da RFA. E a tendência é ainda para um agravamento desta tendência. Nos planos da CEE, dos cerca de 80 000 despedimentos projectados para a siderurgia, 35 mil caberiam aos trabalhadores da siderurgia oeste-alemã.

Estes números, entretanto, estão longe de reflectir a verdadeira dimensão das consequências de tal política. Despedir significa não apenas destruir famílias e pessoas. Despedir pode significar também a liquidação de toda uma região. É o caso de Hattingen, um dos berços da indústria pesada alemã, e hoje pura e simplesmente destinada a desaparecer, na lógica dos projectos da CEE.

O caso de Hattingen foi particularmente focado na Conferência de Wuppertal, como exemplo esclarecedor de até que ponto pode conduzir a lógica capitalista do lucro. E também como exemplo de importantes lutas, abarcando não apenas os trabalhadores das empresas ameaçadas, mas toda a população de uma região ameaçada.

Hattingen é um caso particularmente grave. Mas de forma alguma o único exemplo de despedimentos colectivos em massa.

Em Oberhausen, Thyssen, o número um da indústria siderúrgica, pretende a liquidação de 6 mil postos de trabalho. A Krupp anunciou que iria lançar no desemprego 5 a 18 mil dos trabalhadores da empresa. Hoesch e Klockner, os dois outros grandes da siderurgia alemã promovem também despedimentos em massa. Claro que são os produtos que dão menos lucro (o que nada tem a ver com a sua utilidade em termos sociais) os que são sacrificados.

Face a esta situação, são reivindicações comuns a todos os trabalhadores metalúrgicos da RFA: a salvaguarda de todas as indústrias e a criação de postos de trabalho de compensação; a manutenção da protecção social tal como hoje existe e da formação profissional; a redução do tempo de trabalho com a introdução da semana de 35 horas.

A cidade de Hattingen é um caso particular, porque a sua dependência total em relação à siderurgia local, no momento em vias de encerramento.

Esse facto abriu aliás caminho a importantes lutas que contaram com uma notável participação da população.

Hattingen depende da empresa

siderúrgica local, grupo Thyssen, com 5200 assalariados. Um grande esforço foi desenvolvido, nomeadamente pelos comunistas, no sentido de levar à participação na luta os seus 60 mil habitantes.

Rejeitando as justificações e análises do patronato, avançou-se com uma ideia fundamental: é preciso agir para responder às necessidades sociais, do aquecimento aos transportes colectivos.

Partindo deste princípio lança-se um apelo a todas as organizações e movimentos associativos da cidade para um debate sobre as razões e formas de participação na luta. O debate foi levado até às associações desportivas. Ao nível de toda a cidade foi criado um comité de apoio aos trabalhadores siderúrgicos e à defesa da continuidade da produção siderúrgica.

Somaram-se as mais diversas iniciativas. Iniciativas por parte da juventude, para quem o encerramento da fábrica nomeadamente representa o desaparecimento de metade da capacidade de formação profissional da cidade; iniciativas dos reformados; das mulheres, que tiveram papel de destaque na luta; dos comerciantes; da igreja. Foi organizada uma cadeia humana em torno da fábrica.

Muitas vezes os resultados imediatos da luta não serão vitórias. Mas não há outro caminho. Nestes últimos meses, na RFA, mais de 400 mil pessoas participaram em manifestações de rua na RFA, foi informado pelos camaradas do DKP na Conferência. Grandes e difíceis lutas — porque no quadro do capitalismo se erguem contra a lógica do capital — que necessariamente, e pelo próprio alargamento e reforço do movimento que comportam, irão trazer os seus frutos.



Trabalhadores metalúrgicos na RFA: a luta é pelas 35 horas sem perdas nos salários

Sindicatos metalúrgicos pela renegociação dos tratados de adesão à CEE

«A divisão internacional do trabalho na CEE, comandada pelos interesses dos grandes grupos económicos e transnacionais, reserva ao nosso país e à nossa economia, um papel meramente subalterno que impede o nosso desenvolvimento independente baseado no aproveitamento dos recursos naturais e humanos e na capacidade produtiva instalada, e tendo como objectivo a satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores e do povo português» — esta a denúncia inserida na resolução sobre a necessidade de renegociação dos tratados de adesão à CEE, aprovada no 4.º Congresso da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP), realizado em Outubro último.

Na resolução apresenta-se um exemplo deveras significativo dos resultados de tal política económica. Assim, «na rubrica "Máquinas e Material de Transporte", o índice de cobertura das importações pelas exportações desceu de 53,5% em 1985 para 35,4% em 1987».

Em relação à nossa indústria siderúrgica, denuncia a Federação, «foi imposto um período de transição apenas até 1990; não poderá haver aumentos de produção; são fixadas cotas de exportação para a CEE; com a designação de reestruturação pretende-se despedir cerca de 2000 trabalhadores; o Plano Siderúrgico Nacional é abandonado,

e a maior parte dos equipamentos adquiridos, vendido a preços irrisórios».

A mesma situação se repete nos outros sectores representados na Federação.

Por exemplo, no que respeita à indústria naval, «a Portugal foi concedido um "período de transição" de 3 anos com a condição de efectuar a "reestruturação" do sector, isto é, de lançar mais uns milhares de trabalhadores no desemprego que irão juntar aos 10 000 despedidos nos últimos anos neste sector». Na indústria mineira assiste-se «à entrega dos nossos recursos mineiros a grandes multinacionais que apenas estão interessadas na extracção ou, quanto muito, numa primeira transformação».

Factos que testemunham de uma política económica que ignora os interesses nacionais. Por isso mesmo, o Congresso da FSMMMP exige «a renegociação dos tratados de adesão do nosso país às Comunidades Europeias, no sentido de serem travadas todas as consequências desastrosas, actuais e futuras, para a economia nacional e para que os diversos sectores representados pela Federação, a progressiva perda da independência e da soberania nacional e as limitações à prossecução de uma política de desenvolvimento independente que resolva as principais necessidades e carências dos trabalhadores e do povo português». ■

Gazetilha

por Ignotus Sum

O que é que se esperava?

Foram para alguns as eleições um mosto saboroso. Mas vem o frio após Agosto. E do que fica exposto conclui-se que o aumento do imposto arrancou todo o gosto a algum breve sorriso em cada rosto.

Pois que queriam, senão que de desgosto, o grande capital fosse composto?...

Mais uma do Chico Esperto

Lá foi o orçamento
ao Parlamento.
Na discussão
todos dizem não
menos o Psd
já se vê.

Já se sabia o dito cansagrado
do Chico Esperto:
- *Todos vão com o passo errado
e só eu é que levo o passo certo...*

«Tudo vai bem...»

Mais trabalho não há.
A assistência é má.
Beleza é nome que a tristeza tem
de deslize em deslize.
Mas o Cavaco diz *tout va bien
madame la marquise...*

E quanto à inflação
ei-la que sobe, aí não,
e ainda vai mais além
por muito que o Cadilhe cadilhise.
Mas o Cavaco diz *tout va bien
madame la marquise...*

Medidas? do passado.
Dinheiro? Mal parado
... e passa, na gasosa, o trem
da crise.
Mas o Cavaco diz *tout va bien
madame la marquise...*
A casa pode arder? Isso que tem...
Tout va bien...

Burla de alta cilindrada!

Estamos em Julho
antes das eleições.
Grande barulho
com a alargamento das importações.
Os automóveis, por exemplo. Novidade
que «levou» muita gente:
vão entrar livremente
os automóveis da Comunidade...

Julho passou. Janeiro. Os dias menos claros.
Cria-se um novo imposto, o IA. A gente
paga mais sobre o que entra «livremente».
Resultado: automóveis são mais caros...

Diz o povo exaltado:
- *Só com um pano encharcado...*

Pontos Cardeais

As máscaras

Não é só o Freitas a enfiar a máscara de opositor ao Governo de Cavaco. Nem só o Torres Couto cujo jogo foi oportunamente descoberto por um ministro irritado. Agora também o famigerado capista Casqueiro acusa o Governo de prejudicar os agricultores. Não se pode daqui deduzir que a verdadeira oposição seja mole de mais e que necessite de umas ajudazinhas. O que pode significar este súbito colocar de máscaras por parte dos amigos de Cavaco é que estes procuram estar em consonância com o sentir crescente do País que descobre cada vez mais claramente como é ruinosa a política do PSD. Mais vale fingir que se está do lado do povo e dos trabalhadores...

Estaleiros

Veio em grandes parangonas em alguns jornais: o Governo de Cavaco Silva vai contrair um empréstimo externo (à RFA) no valor de 400 milhões de contos, para a implantação da infra-estrutura dos Estaleiros de Vila do Conde. A informação foi colhida do «Diário da República», o que lhe confere uma autenticidade de granito. Misteriosos são os desígnios deste Executivo, a tal ponto que nos deixam apardalados: primeiro foi afundando estaleiros que existiam, ao mesmo tempo que aumentava o fretamento de navios estrangeiros e as queixas de que as nossas frotas eram insuficientes para as necessidades nacionais. Agora, em nome do País, endivida-nos para obter a infra-estruturação de um outro estaleiro. Não temos nada contra os estaleiros, antes pelo contrário. Só não percebemos a lógica disto. A não ser que este estaleiro de Vila do Conde esteja também destinado a ser pago por todos nós e, após isso, ser abatido como «calamidade pública» para logo ressuscitar como

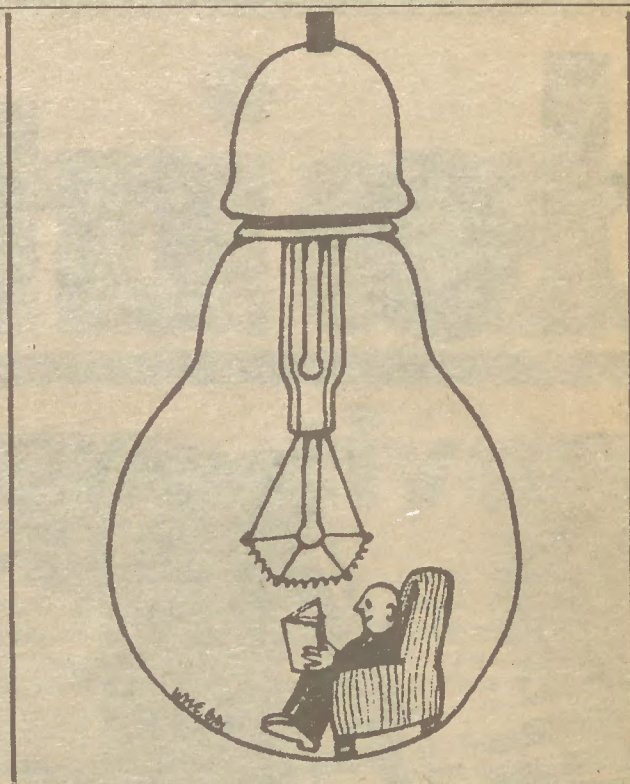
«prodígio privado».
Conhecem-se casos...

Recuperar

Freitas do Amaral subiu de novo à ribalta para tomar conta do partido que fundou e, ao mesmo tempo, avisar: «O CDS tudo fará para recuperar o seu eleitorado». Ouvindo isto, os credores da campanha «prá frente Portugal» gritaram em uníssono: «Já nos contentamos se recuperarmos os nossos 60 000 contos!»

Críticas

Ainda o Freitas. No seu gordo discurso de reapresentação política (com tantas saídas e entradas este homem ainda apanha alguma ponta de ar) o professor desfiou uma lista de críticas ao Governo. Entretanto há poucas semanas foi pedir directamente ao Primeiro-Ministro Cavaco Silva que o PSD lhe pagasse o calote de 60 000 contos que o «prá frente» deixou atrás. Ora se o partido do Governo lhe vai pagar as dívidas, como é que Freitas se põe agora a criticá-lo? Teria recebido autorização para isso, estilo cheque visado? E se

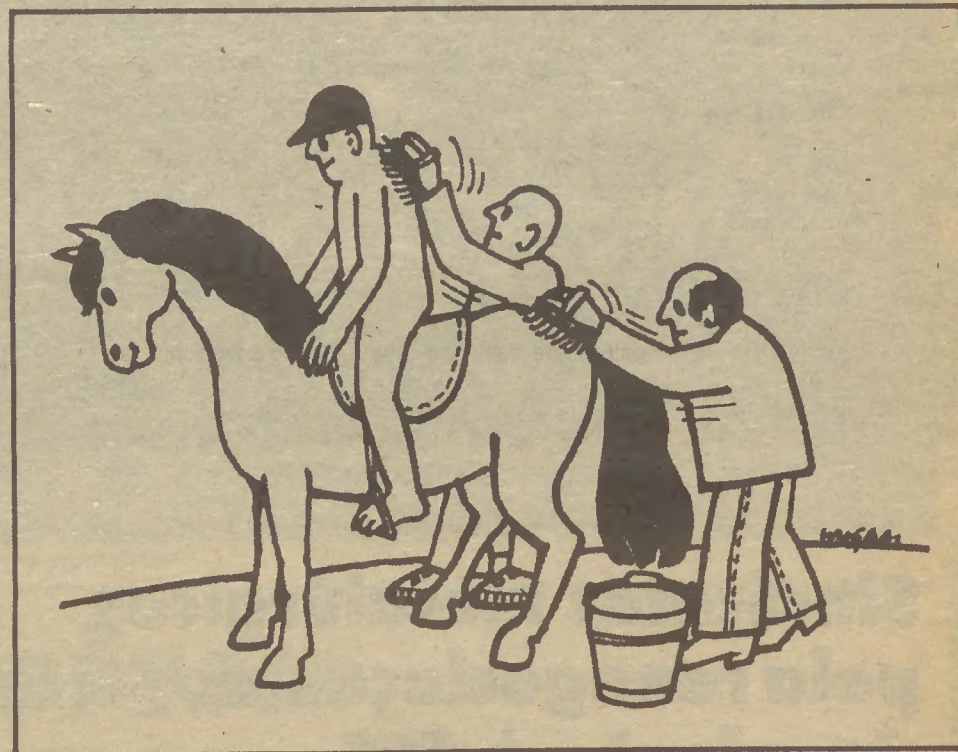


recebeu, que diabo de «críticas» são essas? Ah, grandas democratas!

Sondagens

Qualquer de nós, que não votámos em Cavaco Silva, já testemunhámos um fenómeno que alastra à medida que os novos aumentos de preços vão cavando nas ressequidas bolsas das pessoas: os protestos e a crítica velada e aberta de muitos dos apoiantes do homem de Boliqueime em 19 de Julho, afirmando-se enganados e descontentes. Pois não querem lá ver que o

«Expresso» com a habitual «independência» e «objectividade» de que faz alarde, escolheu precisamente esta altura para se sair com uma das suas famosas sondagens, para descobrir (é claro...) que a maioria dos portugueses está agradecidíssima ao ano que passou e esperançadíssima no que se estreou há dias com uma enxurrada de aumentos? Das duas, uma: ou o «Expresso» não anda na rua a ver o que se passa, ou então faz as suas sondagens em estilo «trabalho de casa»...



Agenda

Avante!

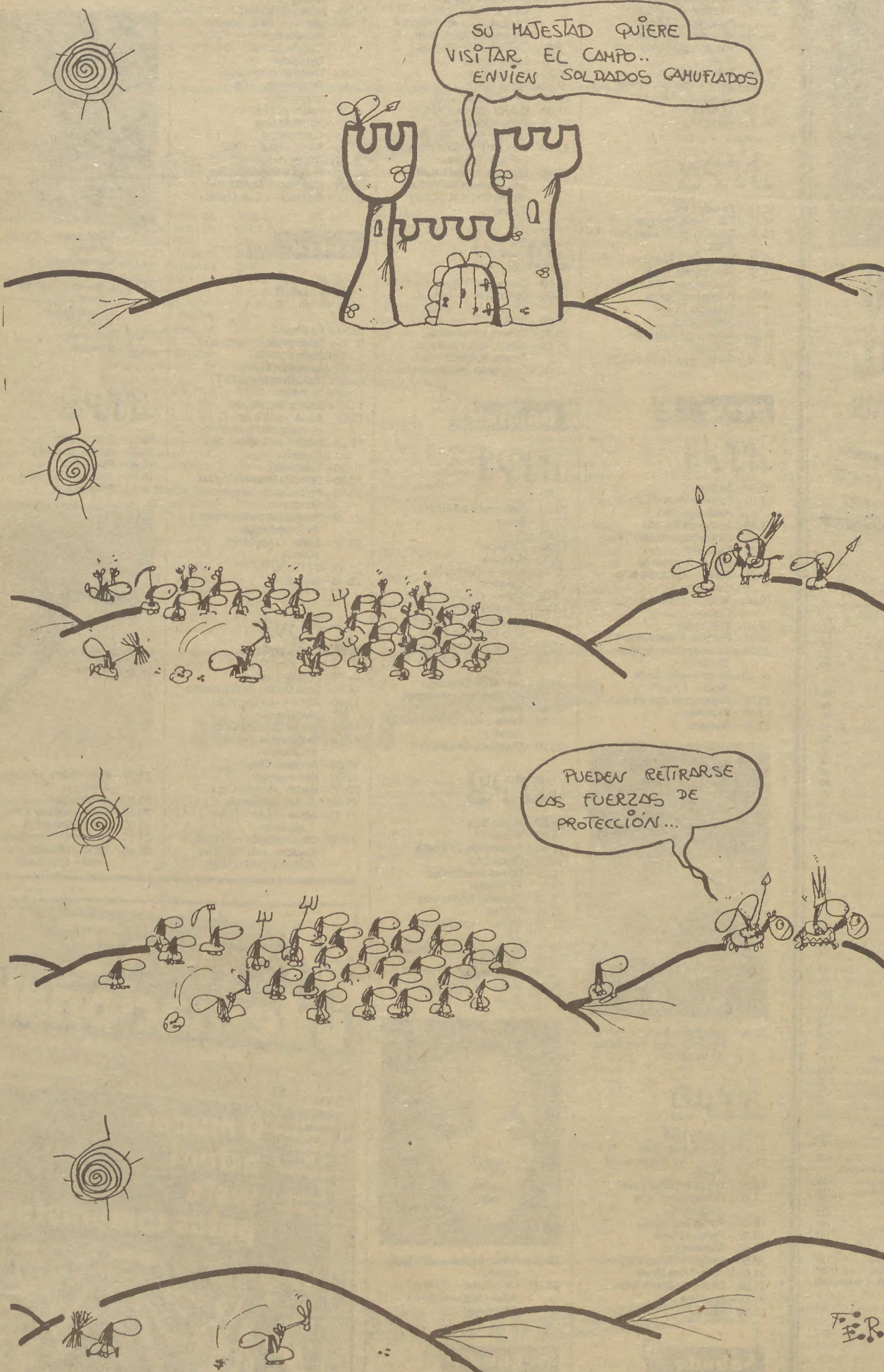
Ano 57 — Série VII
N.º 732

7 de Janeiro de 1988

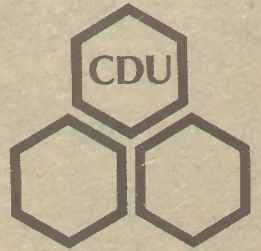
4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

ANTOLOGIA



FER — Espanha, in «El Papus — Revista satirica y neurastenica», n.º 564 — editada em Barcelona.



Juv. CDU de Leiria

É já no próximo domingo,
dia 10, que se realiza na Mari-
nha Grande o encontro distrital
da Juventude CDU de Leiria. A
iniciativa decorrerá no Sport
Operário Marinhense e inclui
um almoço-convívio.

Sexta

- **Cacém**
Das 09.00 às 13.00, visita dos ve-
readores às freguesias de Cacém e Al-
margem.

- **Mira Sintra**
Plenário de militan-
tes, às 17.00, na sala
da Junta de Fre-
guesia.

Sábado

- **Vila Nova de Gala**
Reunião, às 15.00,
no Centro de Tra-
balho.

- **Queluz**
Plenário de militan-
tes, às 15.00, no
Centro de Trabalho.

- **Baltar/Paredes**
Convívio e projec-
ção de filme, às
14.00, no Bairro «O
Ninho».

- **Algueirão/Mem
Martins**
Convívio/Jovem
CDU, às 15.00, na
sala de convívio da
Junta de Freguesia.

Domingo

- **Vialonga**
Encontros CDU da
freguesia de Vialon-
ga, às 15.00, no Sa-
lão da Junta de Fre-
guesia.

- **Benavente**
Encontro de qua-
dros do concelho so-
bre autarquias, às
10.00, no Centro Cul-
tural, seguido de al-
moço, às 13.00, no
Centro de Trabalho.

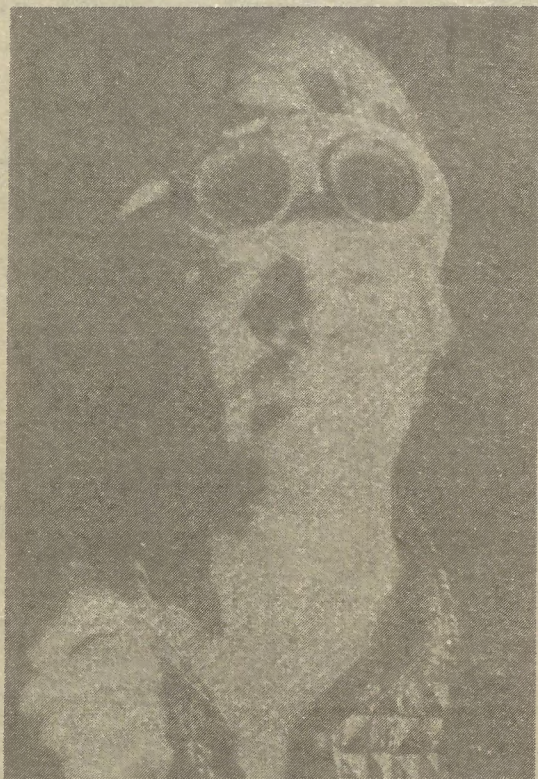
- **Lisboa**
3.ª Assembleia da
célula da RTP, com
início às 14.30, no
Centro de Trabalho
Vitória.

Quarta

- **Peniche**
Comemoração do
aniversário da fuga
de Peniche, com visi-
ta ao antigo forte, se-
guido de almoço de
confraternização.

- **Lisboa**
Debate sobre Revi-
são Constitucional, às
21.00, no Centro de
Trabalho de Arroios,
com a participação de
José Magalhães.

SECTOR MINEIRO



ESTRATÉGICO EM PORTUGAL situação e perspectivas

ENCONTRO PROMOVIDO PELO PCP
COIMBRA, 15 DE MARÇO DE 1987

DOCUMENTO-BASE	11
1. Caracterização global do sector	13
2. A actual crise económica e social no sector	24
3. Perspectivas e necessidades de desenvolvimento	28
4. Propostas	37

A actual situação ao nível das substâncias minerais	41
1. Pirites complexas	43
2. Minérios de cobre e zinco	46
3. Minérios de ferro	49
4. Minérios de tungsténio	52
5. Minérios de estanho	56
6. Urânio	59
7. Carvão	63
8. Petróleo e gás natural	66
9. Quartzo e feldspato	68
10. Sal (sal-gema e sal marinho)	69
11. Ouro	72
12. Prata	75
13. Outros minerais importantes para o futuro	77

INTERVENÇÕES	79
A prospecção mineira em Portugal — Claudino Cardoso	81
A situação social no sector mineiro — Adriano Matoso	84
Higiene, segurança e comodidade nas minas — António Banza	87
Algumas reivindicações do patronato mineiro — Jorge Lopes	89
A siderurgia e o desenvolvimento mineiro — António Lima	92
A electrometalurgia do silício — Henrique Cunha	95
A actividade extractiva no quadro da adesão à CEE — Joaquim Miranda	97
Aspectos da apropriação das riquezas minerais nacionais pelo capital estrangeiro — Fernando Sequeira	102
Os grandes projectos minero-metalúrgicos — Florêncio Bernardes	110
Projecto Cobre — Helena Bastos	118
A situação social em Trás-os-Montes — António Figueiredo	124
Minas do Pejão — Carlos Alberto	125
A Empresa Nacional de Urânio, EP — Orclano Santos Pereira	127
As minas da Panasqueira — José Maria Isidoro	133
As minas do Lousal — Manuel João Vaz	136
Alguns aspectos de Pirites Alentejanas, SA — Manuel Baltasar	139
Empresa de Desenvolvimento Mineiro — EP (EDM) — Manuel Camacho	141
O papel do Sector Empresarial do Estado no desenvolvimento mineiro — João Abel de Freitas	143
Perspectivas de aproveitamento das pirites portuguesas — José Mourão Gomes	148
Minérios de ferro e desenvolvimento da indústria siderúrgica integrada — José Fernando Pinharanda	152
Recursos nacionais em minérios de volfrâmio — Carlos Calado	158
Recursos nacionais em minérios de estanho — Carlos Calado	166
Recursos nacionais em ouro e prata — Jorge Lopes	172
Recursos nacionais de quartzo e feldspato — Luis Alves	174
O aproveitamento dos sienitos nefelíticos — Carlos Silva	182
Os recursos nacionais em sal-gema e sal marinho — Eduardo Antunes	185
Política de aproveitamento do urânio nacional — Artur Codina	187
O aproveitamento dos carvões nacionais — António Martins Alves	193

Intervenção de encerramento — Carlos Costa	197
--	-----

ANEXOS	213
--------------	-----

edições
Avante!

Quinta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada», 88.º epis.
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.30 — Ciclo Preparatório TV
- 17.35 — Sumário
- 17.40 — Brinca Brincando
- 18.20 — Série — «Você Sabia Que...»
- 18.55 — Série — «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro», 60.º epis.
- 21.10 — Primeiro Andamento — «Mozart por Maria João Pires»
- 21.40 — Telemundo
- 22.10 — Série — «Se o Amanhã Chegar», último epis.
- 23.10 — 24 Horas
- 23.45 — Remate

RTP2

- 13.15 — Totally Live
- 14.10 — Pano para Mangas
- 15.40 — Série — «Horizontes de Glória»
- 16.35 — Trinta Minutos Com...
- 17.10 — Telenovela — «Os Imigrantes», 164.º epis.
- 18.00 — Ponto por Ponto
- 19.00 — Formula One
- 19.55 — Almanaque
- 20.00 — Série — «Naked City»
- 21.00 — Já Está!
- 23.00 — Série — «As Teias da Lei»

Sexta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
- 13.00 — Jornal da Tarde
- 13.30 — Ciclo Preparatório TV
- 17.35 — Sumário
- 17.40 — Brinca Brincando
- 18.25 — Série — «Os Anjos Não Contam»
- 18.50 — Série — «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico
- 20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro»
- 21.10 — Série — «Missão de Amor», 1.º epis.
- 22.20 — Programas das Festas
- 22.55 — 24 Horas
- 23.30 — Remate



- 23.40 — Pela Noite Dentro — «The Healers», real. Tom Gries (EUA/1974)

RTP2

- 13.15 — Totally Live
- 14.10 — Agora, Escolha!
- 15.40 — Série — «O Mundo é um Palco»
- 16.35 — Trinta Minutos Com...
- 17.10 — Telenovela — «Os Imigrantes»
- 18.00 — Ponto por Ponto
- 19.00 — Formula One
- 19.55 — Almanaque
- 20.00 — Série — «Naked City»
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Clube de Jornalistas
- 22.00 — Faustus
- 23.00 — Troféu

Sábado

RTP1

- 09.00 — Juventude e Família
- 12.05 — Série — «A Água e a Vida»
- 12.30 — Série — «Estrada Larga», último epis.

TV

O Programa

- 13.00 — Notícias
- 13.10 — Série — «Especial National Magazine»
- 14.05 — Parlamento
- 14.35 — Concurso — «Sobe e Desce»



- 15.35 — Sessão de Tarde — «Katie: Portrait of a Centerfold», real. Robert Greenwald (EUA/1978)
- 17.20 — Um Toque de Classe
- 18.00 — Saber Saúde
- 18.20 — Vivamúsica
- 19.15 — Sete Folhas
- 20.00 — Jornal de Sábado
- 21.00 — Boletim Meteorológico
- 21.05 — Série — «Duarte & Companhia», último epis.
- 22.00 — Deixem Passar a Música — Paulo Alexandre
- 23.40 — Cinema da Mela-Noite — «As Brancas Montanhas da Morte», real. Sidney Pollack

RTP2

- 09.00 — Compacto Tottaly Live
- 13.00 — Compacto — «Tudo ou Nada»
- 16.00 — Troféu
- 20.05 — Música na América
- 21.05 — Série — «Alexandre, o Grande», último epis.
- 22.00 — Concorde ou Talvez Não

Domingo

RTP1

- 09.00 — Juventude e Família
- 11.15 — Missa
- 12.00 — 70x7
- 12.30 — TV Rural
- 13.00 — Notícias
- 13.10 — Série — «Ritmos da Cidade»
- 14.00 — Série — «A Casa de Irene»
- 15.20 — Primeira Matinée — «Madame Sans-Gêne», real. Christian-Jaque
- 17.30 — Clube Amigos Disney
- 19.00 — Série — «Um Anjo na Terra»
- 20.00 — Jornal de Domingo
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Série — «Eu Show Nico»
- 21.50 — Série — «De Quem é o Bebê?»
- 23.00 — Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 — Music Box
- 10.00 — Troféu
- 12.30 — Juventude e Família
- 13.05 — Caminhos
- 13.25 — Novos Horizontes
- 13.35 — TV Mulher
- 14.20 — Especial Music Box
- 15.20 — Troféu
- 17.10 — Série — «The World of Zen»
- 18.00 — Série — «5.ª Dimensão»
- 18.55 — Piano Bar
- 19.55 — Almanaque
- 20.00 — Série — «Quem Sai aos Seus...»



- 20.25 — Arte e Letras — «Marlene Dietrich»
- 22.00 — Cineclube — «O Anjo Azul», real. Josef von Sternberg

Segunda

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
- 13.00 — Jornal da Tarde

Quarta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
- 12.15 — Telenovela — «Tudo ou Nada»
- 13.10 — Jornal da Tarde
- 13.30 — Ciclo Preparatório TV
- 17.35 — Sumário
- 17.40 — Brinca Brincando
- 18.20 — Série — «Portugal da Faca e Garfo»
- 18.55 — Série — «O Império de Carson»
- 19.30 — Telejornal
- 20.05 — Boletim Meteorológico



- 20.15 — Telenovela — «Roque Santeiro»
- 21.10 — Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 — Lotação Esgotada — «O Clarim da Revolta», real. Harold Becker (EUA/1981)
- 23.30 — 24 Horas
- 24.00 — Remate

RTP2

- 13.15 — Totally Live
- 14.10 — Agora, Escolha!
- 15.40 — Piano Bar
- 16.35 — Telenovela — «Os Imigrantes»



- 18.00 — Eurovisão — «Patinagem Artística»
- 20.10 — Almanaque
- 20.15 — Série — «Naked City»
- 21.00 — Jornal das Nove
- 21.30 — Fantasia e Realidade
- 22.45 — Série — «As Leis do Amor», último epis.

A secção da «semana europeia»

11 (100)

problemas de paz e do socialismo

revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

Novembro 1987

Preço: 70000

Simpósio Internacional dedicado ao 70.º aniversário da Revolução de Outubro

O mundo actual visto pelos comunistas

A esquerda menciona em busca da sua unidade

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Crimes do Coração	★★	—	★★	—	—
B	Os Intocáveis	★★	★★	★★	—	★★
C	Querido Lilás	—	★★	★★	★★	★★
D	O Sacrifício	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—
E	O Último Imperador	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★

Classificação de 1 a 5 estrelas
 A — Real. Bruce Beresford — Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.45, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 B — Real. Alain Resnais — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 C — Real. Artur Semedo — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Andrei Tarkovsky — Quarteto/4 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Bernardo Bertolucci — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.15, 17.45, 21.00) — Lisboa.

Teatro

O Cartaz

LISBOA

Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Relatório Para Uma Academia**, de Kafka, enc. de Durval Lucena.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado e Fialho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb., às 21.00; dom., às 16.00. **Grande Paz**, de Edward

Bond, pelo **Teatro da Cornucópia**, enc. de Luís Miguel Cintra.

Teatro da Cisterna da Escola Superior de Belas-Artes, Largo da Academia Nacional de Belas-Artes. De 2.ª a 6.ª às 18.00 e 22.00, sáb. e dom. às 15.00, 18.00 e 22.00. **Cidade-Rel**, pelo **Teatro Espaço**, enc. de Agueda Sena.

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. **Lendas de Amor e Morte**, de Yukio Mishima, enc. de José Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De

3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **Guerras de Alecrim e Manjerona**, enc. de Carlos Avilez.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Metro-Cabaret**, de Fernando Gomes.

Teatro Variadas, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. **Festa no Parque**, de José Viana.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb., às 21.45, dom. às 17.00. **Édipo Rei**, de

Sófocles pelo **Teatro**, enc. de Moura Pinheiro.

ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

ÉVORA

Teatro Garcia de Resende. Diariamente às 21.30. **Solness, o Construtor**, de Henrik Ibsen, enc. de Luís Varela.

SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Banheiro Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Mé-**

dico à Força, de Molière, pelo **Teatro de Animação** de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

LISBOA

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. **Viagem**, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo Grupo O Bando.

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimentas, 6-A. **A Moda da Minha Avó**, pelo **Teatro de Animação** os Papalégus.

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Na Gulbenkian, onde teve já início a segunda parte da temporada 87/88, que decorrerá até Julho e inclui alguns notáveis acontecimentos musicais, a semana é assinalada por quatro concertos:

— **hoje** às 21.30 e **amanhã** às 18.30, concertos pela **Orquestra Gulbenkian** dirigida pelo maestro **Ivan Fischer** com o pianista **François-René Duchabale**. Obras de **Rossini**, **Beethoven** — o Concerto n.º 4 para piano e orquestra — e **Mendelssohn** — o «Sonho de uma Noite de Verão». No Grande Auditório.

— **terça-feira**, 12, às 18.30, o primeiro dos dois concertos em que intervirá o grande violista soviético **Igor Oistrakh**. Neste primeiro programa, em que participa também o pianista **Eugene Epstein**, serão interpretadas obras de **J. S. Bach**, **Chausson**, **Ovchinnikov**, **Ravel** e **Beethoven** (a Sonata n.º 5, «Primavera»). No Grande Auditório.

— **quarta**, dia 13, às 18.30, um outro grande músico: **Daniel Barenboim**, que interpreta ao piano sonatas de **Mozart**.

Outros concertos em Lisboa: Hoje às 21.30 na **Aula Magna** da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa,



com entrada livre, concerto pela **Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de S. Carlos** dirigida pelo maestro **John Neschling**. Obras de Kodaly, János e Bela Bartók; no **Teatro da Trindade**, domingo, às 11.00, concerto pela **Banda da GNR**, que executa obras de compositores portugueses.

No Porto: No **Auditório Carlos Alberto** haverá esta semana dois concertos: **hoje**, às 21.30, pela **Orquestra de Câmara de Israel** em obras de Bach, Dvorak e Mozart; **sábado**, dia 9, às 18.00, pela **Orquestra Sinfónica da RDP/Porto** sob a direcção do maestro **Gunther Arglebe** em

Em Setúbal, concerto comemorativo do 235.º aniversário do nascimento de **Luís Todi** com o **Coro Luís Todi**. No **Salão Nobre** da Câmara, sábado às 21.30.

Cinema

A **ABC Cine-Clube de Lisboa** recomeça as suas actividades na próxima terça-feira, dia 12, dando início a um ciclo, «**Rostos do Cinema Mudo Alemão**», que prosseguirá nas próximas semanas. O primeiro título: **Escada de Serviço**, de Paul Leni e Leopold Jassner. Na Sociedade Portuguesa de Autores, Av. Duque de Loulé, às 18.30.

Na sala da **Cine-mateca** decorrem simultaneamente vários ciclos: «**Série B**», «**Filmes da Cinemateca**», «**Tennessee Williams no Cinema**».

Destaque esta semana para dois filmes de Fritz Lang — **O Testamento do Dr. Mabuse/1933**, no dia 9 às 18.30, e **O Diabólico Dr. Mabuse/1960**, também no dia 9 mas às 21.30 —, para **O Desesperado de Zinnemann/1950**, no dia 11 às 18.30, e ainda para as adaptações cinematográficas de romances de T. Williams: **Um Eléctrico Chamado Deserto/1951**, de Elia Kazan, no dia 11 às 21.30; **Algemas de Cristal/1950**, de Irving Rapper, no dia 12 às 18.30; **A Rosa Tatuada/1955**, de Daniel Mann, no dia 12 às 21.30.

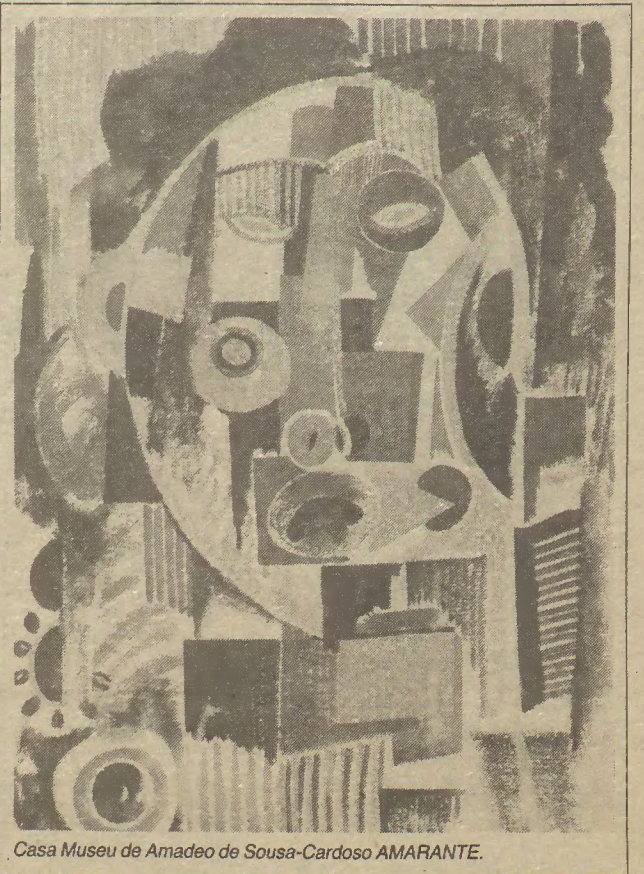
Cinema francês também em destaque: nos **Forum Picoas** exhibe-se nos dias 8, 9 e 10, com sessões às 19.00 e 22.00, o filme de André Téchiné **O Local do Crime**; no Instituto Franco Português

(Av. Luís Bivar, 91) **Les Dames du Bois de Bologne**, de Robert Bresson — dia 8 às 19.00 — e **Histoire d'Adrien**, de Jean-Pierre Denis — dia 12 às 19.00 e às 21.00.

Na Televisão passa no domingo uma obra-prima: **O Anjo Azul**, de Sternberg, realizado em 1930, ainda na Alemanha, e que revelaria Marlene Dietrich.

Portugal-Cuba

Um jantar comemorativo do 29.º aniversário da Revolução Cubana vai realizar-se no próximo dia 15 no restaurante «A Valência», em Campolide. As inscrições devem ser feitas através do tel. 65 73 05 / Lisboa, da Associação de Amizade Portugal-Cuba, que promove o jantar.



Casa Museu de Amadeo de Sousa-Cardoso AMARANTE.

LISBOA

Ana Leonor e Luís França — Pintura. Espaço Poligrupo Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 20.00, sáb. das 09.00 às 12.00.

António Aurélio — Pintura. Galeria Tempo da FCG, Av. de Berna, 45-A. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

António Olalo e Romy Castro — Pintura. O Templo do Gato, Rua Sousa Viterbo, 38-2.º Esq. Diariamente das 16.00 às 20.00 (até 9/1).

Arquitectura/Património — Museu das Janelas Verdes. Diariamente das 10 às 17 (até 17/1).

Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menes, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

Blombos Pintados — Galeria EMI/Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00.

Brinquedos Caboverdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

Carlos Martins Pereira — «As Lágrimas das Coisas». Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb., das 15.00 às 20.00 (até 13/1).

Colecção da Livraria Buchholz — Lda. Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.

Colectiva — Multifunção. Centro Comercial Gemini, Loja 65. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às

19.30, sáb. e dom. das 12.00 às 19.00 (até finais de Janeiro).

Diálogo com Soares dos Reis — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes.

Espejo Pinto — Gravura e serigrafia. Galeria da Gravura Cooperativa de Gravadores Portugueses, Trav. do Sequeiro. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 17.00.

Estudos de Pintura — Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes. Diariamente das 10.00 às 17.00 (até 25/1).

Francisco Simões — Escultura e desenhos. Galeria de S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 167.

Gordillo — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 10.00 às 13.00.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Irene Buarque — Pintura «Um Jardim Bem Fechado». Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb., e dom. das 16.00 às 19.00 (até 10/1).

Jaime Silva, José Mouta e Pedro Chorrão — Pintura. Escada Centro de Arte, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A (até 23/1).

João Vieira — Pintura. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.º. De 2.ª a 6.ª, das 14.30 às 20.00.

Joaquim Bravo — Desenho «Sapatos Andados». Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B (até 16/1).

Juan Muñoz — «Estudos para a descrição de um lugar». Galeria Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1. De 2.ª a sáb., das 15.00 às 20.00 (até 10/1).

Khalikos — Galeria Diferença, Rua Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 10/1).

Laura Cesana — Pintura. Centro Europeu de Línguas, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 43-2.º dt.º. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb., das 11.00 às 13.00 (até 31/1).

Lilly Rosa e Gary Hansmann (EUA) — Pintura e gravura. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian.

Madalena Rosalis — Jóias. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 24/1).

Museu da Água de Manuel da Mala — Recinto dos Barbadinhos, rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Salvador Dali — Escultura. Livraria Barata, Av. de Roma, 11. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 9/1).

Tapeçaria e Têxtil — Atelier Troufa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.º. Diariamente das 14.30 às 18.30.

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

Colectiva — Galeria Arcada, Arcadas do Parque (até 14/1) ESTORIL.

Salão de Outono — Galeria do Casino do Estoril. Diariamente das 15.00 às 24.00 — ESTORIL.

Cargaleiro — Óleos e guaches. Galeria de Arte da Pousada de Santa Marinha (até 10/1) GUIMARÃES.

Colectiva Jovem — Museu Municipal — LOURES.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTemor-O-NOVO.

Azulejos Originais Portugueses — Galeria de Arte Espiral. Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00 — OELRAS.

William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.

Fernando Brito — Pintura. Centro Cultural Regional de Santarém, Rua Dr. Joaquim Luís Martins, 16 (até 10/1) SANTARÉM.

1.ª Bienal de Arte — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.

D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.

O Natal — Museu Grão Vasco (até 20/1) VISEU.

José Afonso Fontado — Fotografia. Galeria Fórum (até 24/1) VISEU.

Tempo Fim de Semana



Tendência para céu pouco nublado, vento fraco. Neblinas ou nevoeiros, durante a madrugada e manhã. É a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o próximo fim-de-semana.

aTV

As palavras e a realidade

«As pessoas sentem que têm mais dinheiro» — diz o **Jornal das Nove**.

Sim. É o que ele diz. Mas, aqui e acolá, a verdade vai caindo em conta-gotas.

São as empresas que encerram.

São os trabalhadores que protestam pelas suas baixas condições de vida.

São as estradas cortadas pelas populações desesperadas pelas suas dificuldades.

São — todos podemos ver pela reportagem dedicada ao assunto — os trabalhadores da Fábrica de Braço de Prata que exigem o salário que lhes é devido e sem o qual não terão um Natal mais descontrado.

São os descontentamentos manifestados nas mais diversas áreas, pelos sucessivos **Tempos de Antena** transmitidos ao fim do ano.

E o que diz o **Jornal das Nove**? Diz textualmente: «As pessoas sentem que têm mais dinheiro...»

Ah, se eles sobresssem as reacções verbais de grande parte da audiência, em certos momentos...

... E então as sondagens?...

Os incensadores do Governo continuam a sua cruzada de salvação de uma política cada vez mais desacreditada. Dizem que tudo tem sido bom e que o ano de 1988 ainda será melhor. Há quem diga que a taxa de crescimento no nosso país foi maior do que a dos outros países da CEE. Mas logo se descaem em dizer que «na Comunidade foi um ano de estagnação...»

Continuam a apregoar as vantagens de pertencermos ao clube dos ricos. Mas Rui Amaral, deputado europeu do PSD, querendo mostrar optimismo, acaba por levantar uma onda de tempestade alarmista.

Ele fala em «situação preocupante»... ruptura financeira... esgotamento dos recursos comunitários... os perigos de não haver orçamento... a incapacidade de chegar a um acordo...

Por seu lado, Aboim Inglez, deputado europeu do PCP, refere as contradições em que se debate a CEE. Dá um exemplo: os imensos excedentes de produtos alimentares, numa comunidade de 45 milhões de pobres e 16 milhões de desempregados...

... Curiosamente, refira-se que a RTP, tão solícita e apressada em fazer-se eco das sondagens favoráveis ao Governo, «esqueceu-se» das sondagens que mostram a quebra da popularidade de Cavaco...

É inútil classificar este tipo de informação. Trata-se de uma nítida informação classista paga pelo povo português...

Só um exemplinho, caramba!

E vimos.

Vimos em diversos apontamentos.

Talvez não quisessem fazer crítica social, credo, não seriam capazes disso, só que, pelo Natal, é de bom tom evangélico falar destas coisas. Mas vimos.

Vimos a tristeza, a solidão, a miséria. Vimos os milhares e milhares de abandonados em Nova York, recolhidos, numa noite, por um Centro de Apoio caridosamente montado...

E vimos, em Lisboa, aqui à nossa beira, vimos os pobres dormindo pelos passeios, nos degraus das portas, quem sabe se em algumas escadarias dos ministérios...

Lembramos as palavras de um jornalista da RTP que declara não ter visto pobreza em Moscovo. E aqui reside a mais expressiva realidade que não pode ser negada, a vitória mais cara do socialismo. Podem alguns comentadores acusar a URSS de não ser a sociedade ideal. Mas **nenhum** ainda disse que **qualquer** país capitalista conseguiu eliminar a pobreza. Desafio alguém a vir dizer que não viu miséria em Londres, Paris, Nova York ou... Lisboa...

Ou seja: desafio alguém a dizer que o capitalismo resolve melhor os problemas sociais do que o socialismo.

E já agora, se não se importa, dê um exemplinho. Um só, caramba. É pedir muito?...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

As festas que nos fizeram

Fazer comentários é sempre mais fácil quando há muitas notícias. Pode escolher-se.

Em compensação, fazer comentários é igualmente fácil quando há poucas notícias. É mais óbvio.

O mais óbvio que as notícias e os comentários deste fim de ano trazem é que os preços — aumentaram.

Os jornais estavam tão empenhados em explicar o que é que acontecera em 1987 que consideraram de

sómos importância fazer esta coisa que lhes é normalmente apetecível: prever o que vai acontecer em 1988. Contudo, o Governo de Cavaco Silva aproveitou

a altura em que se falava de Natais e sonhos para concretizar anos novos e pesadelos. Resumindo, os

preços aumentaram.

Os comentários e introduções a semelhante facto são manifestamente desnecessários. Quando vier de férias

— está uma série de coisas mais cara.

Entretanto, soube-se neste fim de ano uma coisa que, com tanto *reveillon* (?), tanto peru (?), tanto Vítor

Espadinha (???????) e etc. passou despercebido — e foi pena. Trata-se de umas contas, que aqui se

registam, da autoria do autorizado Instituto Nacional de Estatística, que explicam que, presentemente, estamos

a ganhar menos do que nos tempos do «gonçalvismo»...

Que se perdoe, mas é caso para dizer que, de facto, neste período de festas, os jornais não trazem

novidades nenhuma...

Pesadelos para um ano novo...

● «A partir de amanhã, o público em geral e indiscriminado verá os preços de bens essenciais agravados no já costumeiro aumento do princípio do ano. Contudo, este ano os aumentos estender-se-ão a outros produtos ou serviços que reflectirão no consumidor o acréscimo do peso fiscal já aprovado pela Assembleia da República.

Assim, ao raiar da madrugada o cidadão pagará mais pelo pão, leite, transportes, a água e a electricidade, os selos de correio, telefones e telexs e rendas de casa, além do correspondente a 1 por cento de IVA sobre a maioria dos produtos e serviços transaccionados e até agora sujeitos à taxa média de 16 por cento que assim passa para dezasseis. Isto já não falando dos automóveis, do Totoloto e Totobola, do tabaco, dos combustíveis, imposto de selo e o mais que vier por ricochete.

Concretamente, e já aprovados este mês, será tabelado o pão com um aumento de 5,6 por cento o que significa que a unidade estará a seis escudos e os pães de 333 gramas em 115 escudos quando estava a 99, no caso no de menor qualidade.

O leite sofre um agravamento de 3\$50 por litro do tipo gordo, passando pela primeira vez o leite pasteurizado a ser fixado em 58 e 54 escudos, respectivamente no caso de leite meio-gordo e magro.

A energia eléctrica passa a custar mais 74 centavos por quilovatio, num aumento médio de 6 por cento, embora o preço em horas de ponta passe de facto de 26\$50 para 27\$96, as horas de chela de 10\$65 para 11\$29 e as horas de vazio de 9\$33 para 9\$60.

A água vai de 27 para 40 escudos no primeiro escalão de 1 a 5 metros cúbicos por mês, mantém-se em 65\$50 no escalão médio de 6 a 15 metros cúbicos por mês e salta de 65\$50 para 115\$50 no terceiro escalão superior a 15 metros cúbicos mensais.

Nas comunicações, os preços são agravados em dois escudos por cada sela de carta tarifa mínima, até hoje em 25 escudos, e os impulsos telefónicos para 7\$80, enquanto a instalação de novos telefones passa a custar 9880 escudos e a assinatura a 1200. Também os telexs vêem os seus preços agravados: um minuto de comunicação passa para 10\$90 desde 26 de Dezembro e a instalação de um novo aparelho fica agora em 24 400 escudos com a assinatura mensal em 5800 escudos.

Mas ainda falta os transportes. Em Lisboa, o passe L sobe de 1970 para 2070 escudos, os L1 sofrem um aumento de 2620 para 2750 escudos, os L2 de 3140 para 3300 escudos, os L3 de 3560 para 3740 escudos, enquanto os combinados vão de 4150 para 4360 escudos no percurso Lisboa-Cascais, de 4275 para 4490 escudos no percurso de Lisboa-Vila Franca de Xira, e os da Rodoviária Nacional de 1240 para 1350 escudos.

A acrescentar ao rol ainda surgem as rendas de casa com um aumento de 8,5 por cento, muitos deles já pagos em Dezembro.

Resta, pois, acrescentar que o ano começa bem e que aqui ficam os nossos desejos de um Bom Ano Novo...

(«Diário de Lisboa», 31.Dez.)

● «Depois da polémica levada em torno da aprovação do Orçamento que, mau grado os esforços do Governo, deixou na opinião pública um sentimento generalizado de agravamento das condições de vida, Cavaco Silva terá, porventura, mais dificuldades em ganhar apoios para os projectos de fôlego que se avizinham.

E isto porque, de forma genérica, o primeiro-ministro não tem, em carteira, qualquer medida que possa ser considerada «boa» e/ou favorável para o cidadão comum. Com a agravante de, entretanto, vir a sofrer os ataques inevitáveis de sectores políticos e económicos, quando tiver de optar em concreto, por essas matérias.

Mais «quentes» deverão ser, naturalmente, as leis de alienação dos capitais das empresas

públicas, com a sua reprivatização parcial, e as novas leis laborais, que são «excessivas» para as centrais sindicais e «tímidas» para o patronato.

No horizonte das privatizações não deixa de erguer-se o fantasma dos despedimentos colectivos, para não falarmos, já, do risco de se restabelecerem os grandes grupos económicos. E, a avaliar pelo sentimento instalado, desde há meses, na classe empresarial, por muito boas que sejam as intenções do Governo, no papel, a «corrida» pertencerá, apenas, a meia dúzia.

No capítulo da legislação laboral, o Executivo é, também, criticado por abrir as portas aos despedimentos sem justa causa, de forma indiscriminada, sem garantir que esta situação termine com a proliferação dos contratos a prazo, mas antes pelo contrário.

Se, a tudo isto, juntarmos a próxima revisão constitucional, em que o PSD terá de contar, obrigatoriamente, com o acordo do PS para a obtenção dos necessários dois terços, no Parlamento, resulta claro que Cavaco Silva não terá uma vida fácil, nos próximos meses.

«Mas diz (em entrevista ao jornal norte-americano «Los Angeles Times») estar determinado a libertar a Constituição portuguesa da «linguagem pre-conceituosa» e de «algumas ideias que o povo rejeitou nas eleições». O primeiro-ministro, referia-se principalmente às cláusulas constitucionais, que classificam a nacionalização de indústrias e as confiscações de propriedades verificadas na altura da Revolução, como «conquistas irreversíveis da classe trabalhadora». Isto impede o Governo de vender algumas das empresas anteriormente nacionalizadas, colocando-as de novo em mãos privadas e acabar com as «ineficientes herdades colectivizadas pelos comunistas no Sul do País».

(«O Jornal», 31.Dez.)

... e novidades!

«O salário mínimo para a indústria e serviços deveria ascender a 40 088 escudos para recuperar o poder de compra de 1975, admitindo-se que em 1987 a inflação foi de 9,4 por cento e em 1988 se verificará a previsão governamental de 6,5 por cento. Nestes cálculos, a Lusa utilizou os valores oficiais do índice de preços no consumidor do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em 1974 foi criado o salário mínimo nacional (aplicável à indústria e serviços) pelo Decreto-Lei n.º 217/74 de 27 de Maio, para vigorar a partir de 1 de Junho, com um valor de 3300 escudos.

Desde 1974 até 1988, o salário mínimo nacional foi multiplicado por 7,24 vezes, mas os preços multiplicaram-se por 11,55 vezes.

Assim, para atingir o valor do ano da sua criação, o salário mínimo deveria ser este ano 40,07 por cento mais elevado (ascendendo a 38 102 escudos), para recuperar o seu máximo valor real de 1975 deveria aumentar 47,37 por cento e para retomar o valor real de 1980 deveria crescer 22,75 por cento (fixando-se em 33 391 escudos).

Admitindo que se confirme a meta governamental de 6,5 por cento de crescimento dos preços, o salário mínimo crescerá em 1988, em termos reais, 1,38 por cento, mas basta que a inflação atinja os 8 por cento este ano para que o seu valor real se torne ligeiramente inferior ao que vigorou em 1987.

(«A Capital», 4 Jan.)

Xadrez

CXXXV — 7 de Janeiro de 1988

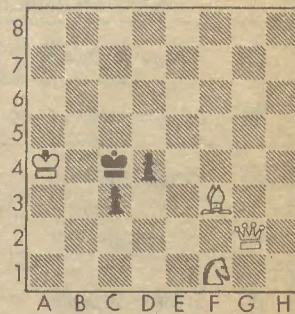
Proposição N.º 135

Por: M. Locker

2.º Prémio «Stella Polaris», 1966

Pr.: [3]: Ps.c3, d4-Rc4

Br.: [4]: Cf1-Bf3-Dg2-Ra4



Mate em 2 lances

Jogo N.º 135

Budapeste, 1986

Br.: Szollosi

Pr.: Louis Roos

1. Cf3, d5; 2. d4, Cf6; 3. c4, c6; 4. Cc3, d:c4; 5. a4, Ca6; 6. e4, Bg4; 7. B:c4, e6; 8. O-O, B:f3; 9. D:f3, D:d4; 10. B:a6, b:a6; 11. Td1, Dc4; 12. Bg5, Dc5; 13. e5, Cd5; 14. C:d5, c:d5; 15. Taç1, Da5; 16. Tc6, Bc7; 17. B:c7, R:c7; 18. Tdç1, Th8; 19. Da3+, R:c8; 20. Tc7 e as pretas abandonam.

Solução do N.º 135

Chave: 1. Bb7!

1. ..., Rc5; 2. Dc6++

1. ..., Rd3; 2. Ba6++

1. ..., d3; 2. Dd5++

1. ..., c2; 2. D:c2++

■ A. de M.M.

Damas

CXXXV

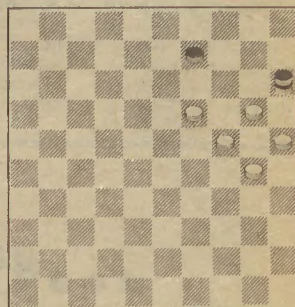
— 7 de Janeiro de 1988

Proposição n.º 135

Por: Huguenin, 1802

Pr.: 2: 9-(15);

Br.: 5: 19-20-24-25-30



Jogam as brancas e ganham

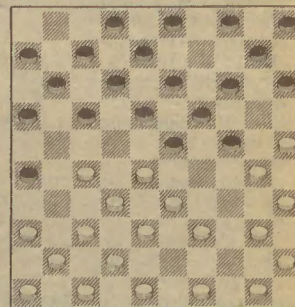
GOLPE N.º 135

Coup Royal

(cu roaial)

Pr.: [20]: 2-3-4-5-6-7-8-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-23-24-26

Br.: [20]: 25-27-28-30-32-33-35-36-37-38-39-40-41-42-45-46-47-48-49-50



Jogam as brancas e ganham

Soluções

do n.º CXXXV

N.º 135 (H): 19-14 (9-13) 14-9 (13x4) 20-14 (15x?) 14-10 (4x15) 30-24 (7x20) 25x14+

Golpe n.º 135: 27-22 (18x27) 32x21 (23x34) 40x18 (16x27) 45-40 (12x23) 37-31 (26x37) 41x1+

Nota: Na nomenclatura internacional foi adoptada a designação francesa: Coup Royal. O que aconteceu com muitas outras designações!

■ A. de M. M.